

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MILENA DE SOUZA

RECONHECENDO A CIDADE:
Pichações feministas em Goiânia

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Milena de Souza

3. Título do trabalho

Reconhecendo a Cidade: Pichações feministas em Goiânia

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **MILENA DE SOUZA, Discente**, em 20/08/2022, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camilo Albuquerque De Braz, Professor do Magistério Superior**, em 09/09/2022, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3127470** e o código CRC **4E165889**.

MILENA DE SOUZA

Reconhecendo a cidade: pichações feministas em Goiânia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Desigualdades, diferenças e violências

Área de concentração: Sociedade, Política e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Camilo Albuquerque de Braz

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Souza, Milena de
Reconhecendo a cidade [manuscrito] : Pichações feministas em
Goiânia / Milena de Souza. - 2022.
CXXXI, 131 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Camilo Albuquerque de Braz.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, Goiânia, 2022.

Inclui lista de figuras.

1. Escritas urbanas. 2. Goiânia. 3. Gênero. 4. Juventude. 5.
Sociologia Urbana. I. Braz, Camilo Albuquerque de, orient. II. Título.

CDU 316

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 17 da sessão de Defesa de Dissertação da Milena de Souza, que confere o título de Mestra em Sociologia, na área de concentração em Sociedade, Política e Cultura.

Aos dezoito de agosto de dois mil e vinte e dois, a partir das nove horas na Sala do Google Meet (<https://meet.google.com/fez-mdcx-fqn>), realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “Reconhecendo a Cidade: Pichações feministas em Goiânia”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Camilo Albuquerque de Braz (UFG) com a participação das demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Camila Azevedo de Moraes Wichers (PPGAS/UFG) membra titular externa, Professora Doutora Eliane Gonçalves (PPGS/UFG) membra titular interna e Professora Doutora Gloria Maria dos Santos Diógenes (PPGS/UFG), membra titular externa. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão reservada a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Camilo Albuquerque de Braz, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelo/as Membro/as da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **Camilo Albuquerque De Braz, Professor do Magistério Superior**, em 18/08/2022, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Azevedo De Moraes Wichers, Professora do Magistério Superior**, em 22/08/2022, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Maria dos Santos Diógenes, Usuário Externo**, em 23/08/2022, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Gonçalves, Professor do Magistério Superior**, em 29/08/2022, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3123051** e o código CRC **FBDA295D**.

MILENA DE SOUZA

Orientador: Prof. Dr. Camilo Braz

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Camilo Braz – Orientador
Universidade Federal de Goiás – PPGS/UFG

Prof^ª Dr^ª Glória Maria dos Santos Diógenes
Universidade Federal do Ceará – PPGS/UFC
(Examinadora externa)

Prof^ª. Dr^ª. Camila Moraes Wichers
Universidade Federal de Goiás – PPGAS/UFG
(Examinadora externa)

Prof^ª. Dr^ª. Eliane Gonçalves
Universidade Federal de Goiás – PPGS/UFG
(Examinadora interna)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Henning - PPGS/UFG
(Suplente)

GOIÂNIA

2022

RESUMO

O trabalho que aqui apresento é uma análise sociológica da inserção do feminismo no espaço urbano através da pichação. Utilizo do experimento etnográfico de observar as mensagens nas paredes de alguns pontos em Goiânia, para perceber o alinhamento das mesmas com pautas evocadas pelo movimento feminista. A partir daí busquei a compreensão do fenômeno como modo de expressão do feminismo contemporâneo, especialmente do feminismo jovem.

O processo de resignificação da cidade, decorrente das intervenções, vem ancorado a uma proposta de visibilidade da presença de mulheres em espaços socialmente reconhecidos enquanto masculinizados, especialmente o picho, e quais os impactos que essa presença é capaz de gerar. As observações foram amparadas por teorias feministas que abraçam a minha subjetividade na inserção no tema em particular, e na cidade em geral e a participação da emoção no campo como parte possível e potente da pesquisa.

Busco convidar ao exercício de transitar pela cidade através do texto, em diálogo com as imagens apresentadas, em consonância com a bibliografia do campo e paralelas a elas em torno de conceitos que envolvem as produções estéticas em si, o caráter de suas mensagens e temas feministas associados.

PALAVRAS CHAVE: Escritas urbanas, Goiânia, Gênero, Juventude, Sociologia Urbana.

ABSTRACT

The work that I present here is a sociological analysis of the insertion of feminism in the urban space through *pichação*. I use the ethnographic experiment of observing the messages on the walls of some points in Goiânia, to perceive their alignment with the agendas evoked by the feminist movement. From there, I sought to understand the phenomenon as a way of expressing contemporary feminism, especially youth feminism.

The process of re-signification of the city, resulting from the interventions, is anchored to a proposal of visibility of the presence of women in spaces socially recognized as masculinized, especially the *picho*, and what impacts this presence is capable of generating. The observations were supported by feminist theories that embrace my subjectivity in the insertion in the theme in particular, and in the city in general, and the participation of emotion in the countryside as a possible and potent part of the research.

I seek to invite the exercise of moving around the city through the text, in dialogue with the images presented, in line with the field bibliography and parallel to them around concepts that involve the aesthetic productions themselves, the character of their messages and associated feminist themes.

KEY WORDS: Urban writings, Goiânia, Gender, Youth, Urban Sociology.

RESUMEN

El trabajo que aquí presento es un análisis sociológico de la inserción del feminismo en el espacio urbano a través de la *pichação*. Utilizo el experimento etnográfico de observar los mensajes en las paredes de algunos puntos de Goiânia, para percibir su alineación con las agendas evocadas por el movimiento feminista. A partir de ahí, busqué entender el fenómeno como una forma de expresión del feminismo contemporáneo, en especial del feminismo juvenil.

El proceso de resignificación de la ciudad, resultante de las intervenciones, se ancla en una propuesta de visibilización de la presencia de la mujer en los espacios socialmente reconocidos como masculinizados, especialmente el *picho*, y qué impactos esa presencia es capaz de generar. Las observaciones fueron sustentadas por teorías feministas que abrazan mi subjetividad en la inserción en el tema en particular, y en la ciudad en general y la participación de la emoción en el campo como parte posible y potente de la investigación.

Busco invitar al ejercicio de transitar por la ciudad a través del texto, en diálogo con las imágenes presentadas, en línea con la bibliografía de campo y paralelamente a ellas en torno a conceptos que involucran las propias producciones estéticas, el carácter de sus mensajes y las temáticas feministas. asociados.

PALABRAS CLAVE: Escrituras urbanas, Goiânia, Género, Juventud, Sociología Urbana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus.

Agradeço a minha família, principalmente nesses anos onde tudo se atravessou no ambiente familiar. Obrigada pela paciência, os ouvidos atentos e os corações abertos. Gostaria de agradecer especialmente à vovó e mamãe por terem com seus esforços, pavimentar o caminho para que eu chegasse até aqui e além.

Obrigada a meus irmãos Vitor e Arthur por nunca me deixarem duvidar de mim mesma.

Agradeço ao meu avô Hilton por ser um dos milhares de trabalhadores que ajudaram a levantar essa cidade do chão. Agradeço pela paciência de sempre com minhas inúmeras perguntas e pela sabedoria de sempre.

Gostaria também de agradecer à minha madrinha Marisa por ser uma feminista inspiradora e por sempre me incentivar a falar sobre as coisas nas quais acredito.

Agradeço ao meu Orientador pela gentileza inabalável, pela humanização do trabalho de pesquisa e por ter se desdobrado de várias formas para nos acolher e guiar nesses tempos atípicos. Estendo o agradecimento ao grupo de orientandes que aprendi a admirar e confiar. Esse processo tão solitário ficou menos pesado com vocês.

Sou grata à Universidade Federal de Goiás que tem sido minha segunda casa nos últimos sete anos proporcionando um valioso ensino público, gratuito e de qualidade que tanto temos lutado para manter nestes tempos de retrocesso. Nesse sentido agradeço também à Faculdade de Ciências Sociais e ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e todo o corpo discente, especialmente professoras e professores com os quais tive o imenso prazer de aprender diretamente em sala de aula na graduação em museologia e agora no mestrado em sociologia.

Sou grata também a todo o corpo educativo do meu colégio de origem, o CENESC. Foram professores, bibliotecárias e membros do corpo administrativo que plantaram algumas das sementes que aqui germinam.

Agradeço à maravilhosa banca de qualificação que se colocou disponível, aberta e disposta e me empoderou para fazer um trabalho no qual me identifico. Camila Azevedo, que vem sendo uma educadora sensível, atenta e fortalecedora e Eliane Gonçalves que tive imenso prazer de conhecer pessoalmente na Pós e cujas turmas de Teoria Feminista que tive o privilégio de integrar me força e alicerce para seguir desnaturalizando opressões.

À Luciana Christina Cruz e Sousa, minha orientadora da monografia, que desde aquele processo me incentivou enormemente a seguir no processo acadêmico. Recordei de muitos de seus ensinamentos durante o processo dessa pesquisa.

Às amigas que são farol em meio à tempestade, especialmente Fernanda e Milena Melo, minhas irmãs de alma; Gabriela Neres por ser sempre um ponto de apoio e inspiração; Victor Borges, sem falta, perguntar da minha pesquisa e ter a imensa paciência de ouvir a resposta e a Kayro Irwy pela enorme disponibilidade em me ensinar a utilizar os editores de imagens que possibilitaram que este trabalho tivesse a aparência que tem e pela sua poesia que não me deixa ignorar as pequenas coisas.

À chefia da alcateia do grupo escoteiro Rudyard Kipling pelo encorajamento semanal.

Agradeço veementemente às pessoas autoras das imagens que foram minhas interlocutoras de pesquisa, não apenas construíram sujeitos de pesquisa mas por me acolherem em tantos dias em que andei sozinha pelas ruas.

“Podemos aprender a trabalhar e a falar apesar do medo, da mesma maneira que aprendemos a trabalhar e a falar apesar de cansadas. Fomos educadas para respeitar mais ao medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperamos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar. O fato de estarmos aqui e que eu esteja dizendo essas palavras, já é uma tentativa de quebrar o silêncio e estender uma ponte sobre nossas diferenças, porque não são as diferenças que nos imobilizam, mas o silêncio. E restam tantos silêncios para romper!”

Audre Lorde, 1977

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I – Traçados e Percursos	29
1.1- Rascunhos.....	34
1.2-Metodologia.....	40
CAPÍTULO II – Essa tal e pichação.....	44
2.1- Leituras Urbanas.....	57
2.2- Pichação Feminista.....	72
CAPÍTULO III- Encontrando a cidade.....	76
3.1 – Empoderamento e Representação.....	86
3.2 – Direitos Afetivos	97
3.3 – Justiça por Mulheres.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	124

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - VII Prêmio Marcantônio Vilaça	14
Figura 2 - arte exposição “É Verdade?”.....	15
Figura 3 - Produção de faixa DCE - UFG.....	16
Figura 4 - Colagem de lambe “Olhe para o Alto”.....	17
Figura 5 - Picho Faculdade de Letras/UFG	21
Figura 6 - Abaixo a ditadura.....	42
Figura 7 - Pichação em Clínica de Maceió.....	44
Figura 8 - Bandeirantes Assassinos.....	45
Figura 9 - Se o papa fosse mulher o aborto seria legal.....	46
Figura 10 - Resistência.....	50
Figura 11 - Galeria de Arte Urbana da Rua do Lazer.....	64
Figura 12 - Grafite Dâmaris Rosa.....	64
Figura 13 - Fogo nos Racistas.....	64
Figura 14 - Bandeirante: O governo mata.....	76
Figura 15 - Justiça por Assata.....	80

IN TRO DU ÇÃO

Esta é uma produção que de várias maneiras se entrelaça com minhas vivências, subjetividades e emoções, por isso gostaria de primeiramente apresentar um pouco da trajetória que me trouxe até aqui. Em 2014, aos 15 anos decidi que gostaria de cursar Museologia. A área me chamou a atenção por me possibilitar interdisciplinaridade e estar na área da cultura. Me interessei especialmente no curso da UFG, em minha cidade de residência, influenciada pelo fato do curso estar localizado na Faculdade de Ciências Sociais, algo pelo qual também me interessava desde então. O que fica agora mais evidente com a realização de um trabalho de pós graduação em sociologia. Ingressei no curso em 2016, na universidade tive oportunidades múltiplas: fui Monitora do Seminário da Rede de Educadores em Museus daquele ano e posteriormente Coordenadora de Estudos e Articulação em 2017, vínculo que se formou de tal modo que somei como suplente na gestão em 2021 já após a graduação.

Ainda naquele primeiro ano de graduação fui oportunizada a participar como ouvinte da disciplina “Arqueologia, Gênero e Pós-colonialismo” ministrada pela professora Camila Wichers no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na UFG. Ainda no meu primeiro ano de faculdade e com 17 anos, essa experiência mudou toda a minha trajetória acadêmica. A leitura de “Gênero para um dicionário Marxista” de Donna Haraway e de Wittle Battle-Baptiste, arqueóloga da diáspora africana e feminista negra. Durante este período houve a Ocupação das Minas na Reitoria, denunciando o machismo na Universidade. O movimento, que concentrou suas atividades em junho trouxe na prática reivindicações que via na teoria naquele mesmo momento. Mais ao fim do ano o Museu Antropológico foi ocupado em luta contra o Projeto de Emenda Constitucional 55, apelidada por muitos grupos sociais como “PEC da Morte”. A ocupação contou com mobilizações e aulas públicas e experiências que convergiam com as ideias de luta, construção coletiva e reivindicações que vinham se apresentando como ferramentas de mudança da realidade.

Em 2017 me tornei bolsista FUNAPE, no projeto Tainacan atuando com o acervo de arte contemporânea do Centro Cultural UFG, entrei para o projeto de pesquisa “Presença Karajá: cultura material, tramas e trânsitos coloniais” no âmbito do Museu Antropológico, sob coordenação da professora Manuelina Maria Duarte Cândido, pesquisando as Ritxoko, bonecas de barro produzidas pelas mulheres Karajá. Participei também do projeto: “Conservação Preventiva: Desafios, Perspectivas e Inovações Tecnológicas”. Coordenada pela professora Vera Regina Barbuy Wilhelm com atuação no Centro Cultural UFG. Trabalhos que apresentavam sempre recortes de gênero na pesquisa.

De 2017 até 2018, além das atuações nos projetos de pesquisa, as disciplinas curriculares atuei como Educadora no 7º Prêmio Marcantônio Vilaça onde pude vivenciar como a arte, a estética, as proposições em volta dela suscitam importantíssimos debates que percorrem grupos diversos, entre faixas etárias, classe, gênero e escolaridade. Ao mesmo tempo que fui oportunizada essa atividade profissional com uma equipe que sempre desafiava meus olhares e perspectivas me aproximei também do Movimento Estudantil.

Figura 1 - VII Prêmio Marcantônio Vilaça/MAC-GO



fonte: acervo pessoal, 2018

Esses dois eventos acontecendo ao mesmo tempo foram muito marcantes porque por um lado era estimulada a pensar nos aspectos políticos partidários que se desenrolavam em diversas instâncias pelo país, em um ano eleitoral, como este no qual escrevo. E marcado por violências institucionais assustadoras como o assassinato da vereadora Marielle Franco. Por outro eu via como a arte, o patrimônio e principalmente o diálogo construído a partir delas causava impactos imediatos, inspirava novos olhares e percepções e navegava por temas considerados polêmicos de uma maneira muito didática e participativa construindo horizontalmente opiniões.

Foi também o ano de curadoria coletiva da exposição curricular: “É verdade? Uma expo-reflexão sobre Fake News”, realizada através de um processo muito desafiador de curadoria coletiva entre estudantes da disciplina e coordenado pela Professora Gleicy Kelly Heitor. O processo, que envolveu montagem, curadoria e exposição, foi pensado em torno da trajetória das notícias falsas e seus impactos sociais. O material exposto foi construído por nós e editado em gráfica, impresso e colado às paredes com a técnica de lambe-lambe. Passada a

mistura de cola e água na parede, afixado o papel e coberto posteriormente pela mesma mistura. A ideia de exposição com um acervo totalmente construído após sua concepção foi também um marcador no desvio do meu olhar sobre o compartilhamento de informações.

Figura 2 - arte exposição “É verdade?”



fonte: Site divulgação/UFMG,2018

Em 2019 me aproximei mais ainda no Movimento Estudantil participando da reativação do Centro Academicamente de Museologia, entrando no Diretório Central de Estudantes da UFG na pasta de gênero e sexualidade, me organizando em Movimentos Sociais e partidários, aos quais não sou mais vinculada mas que me propiciaram experiências novas de participação na universidade e na cidade, bem como aumentaram meu repertório feminista.

Foi o ano em que me envolvi bastante com o projeto de extensão “Museologia com Pipoca” que utilizava os suportes filmicos como pontos de partida para o debate de questões relacionadas a Museus, foi também o ano em que escrevi meu Trabalho de Conclusão de Curso: “Museologia no terminal: na prevenção ao abuso sexual de meninas”, sob orientação da Profª Drª Luciana Cruz e Souza, que propunha uma exposição no terminal Vila Brasília em Aparecida de Goiânia.

figura 3 - Produção de faixa DCE - UFG / Figura 4 - Colagem de lambe “Olhe para o Alto”



.fonte: acervo pessoal, 2019 e 2020

Profundamente influenciada pela participação na agenda de manifestações e protestos da cidade de Goiânia comecei a perceber a pichação, os lambes, as faixas, como uma ferramenta potente de comunicação que encontrava olhares de maneira não convencionais. Meu interesse foi despertado nesse sentido e me pareceu cada vez mais um objeto de interesse em relação à pesquisa. Já após a graduação em um evento do Museologia com Pipoca, neste momento em formato de Coletivo sem vínculo direto com a Universidade, mas com muito apoio do Museu Antropológico e dos eventos da Museologia, na exibição do filme “Pixo” com direção de João Weiner e Roberto T. Oliveira (2010) me decidi a arriscar o lugar de pesquisadora do tema. Já interessada na entrada em um programa de Pós graduação encontrei na Sociologia, uma área que me despertara interesse nas pequenas interfaces com a Museologia com as quais obtive contato, pontos de observação interessantes.

Neste evento, em conversas informais com uma interlocutora, alguns pontos que viriam a colaborar no traçado da pesquisa foram feitos. Uma, foi a história contada por ela, que se identificou enquanto sendo pichadora, da insatisfação por parte de membros da sociedade civil em relação a existência de pichações em espaços autorizados para o grafite. O relato diz respeito à rua 08. Essa rua fica no Setor Central de Goiânia, é principalmente uma área comercial e uma parte do seu trajeto ela é pavimentada com paralelepípedos e a circulação de carros e motos é proibida. Esse trecho é conhecido como Rua do Lazer.

Nos anos 1980 havia vários cinemas de rua na região e uma circulação constante pelo

espaço que foi diminuindo com novas formas de entretenimento. Em abril de 2019 iniciaram um projeto que a prefeitura nomeou como de revitalização. Na região do centro há muitos becos, nesse espaço há dois. Um foi voltado para os esportes com construção de quadra. No outro foi proposta a construção do maior painel de grafite da cidade e para isso houve o convite de artistas de Goiânia, Anápolis e Brasília.¹ Segundo esta narradora uma parte deste espaço havia sido reservado para as mulheres grafiteiras.

Um segundo ponto, foi o de que houve celebração de comerciantes e elogios à ideia da construção do mural com a perspectiva de embelezar o espaço e atrair uma maior circulação de pessoas. No dia seguinte à ação no entanto, com o aparecimento de pichos nas paredes, bancos e lixeiras houve a crítica ao vandalismo e a destruição de um espaço recém reformado.² A fala me chamou a atenção para a grande diferença nos discursos da mídia e da maioria população no que diz respeito a grafite em confronto ao que diz respeito à pichação associando o primeiro ao embelezamento e o segundo à destruição.

Durante a graduação em Museologia, tive acesso a debates acerca das buscas por uma musealização ampla e democrática, relacionadas ao repertório simbólico, além de perspectivas de museus de território e manifestações da memória que produzem novos olhares sobre a cidade. Não mais a preocupação centra-se apenas em prédios, avenidas, praças e monumentos, abre-se para histórias, memórias, espaços de disputa e de patrimônio afetivo. O conhecimento da perspectiva de direito à cidade (HARVEY, 2012; LEFEBVRE, 2001) afinou meu olhar, o que culminou na perspectiva explorada na monografia de espaços comuns, no caso um terminal de ônibus da região metropolitana de Goiânia, na cidade de Aparecida de Goiânia, como passível de recepção de exposição museal.

Na realização desta pesquisa, novos processos da dinâmica urbana tornaram-se cada vez mais interessantes e passíveis de exploração de caráter investigativo e acadêmico. Entre eles, as manifestações estéticas urbanas. Somadas à atuação em movimentos sociais e manifestações políticas, as pichações passaram a despertar interesse quanto a sua lógica comunicativa, seus objetivos e motivações. Debruçando-me sobre o tema, passo então a perceber a presença de pautas relacionadas a reivindicações e vivências de mulheres dentro da prática da pichação e avanço meu olhar sobre esse recorte, primeiramente buscando compreender quem são, em termos sociológicos, essas mulheres que praticam a pichação em Goiânia. No percurso da pesquisa, porém, caminhei no sentido de um mapeamento das

1 informação disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/10/19/rua-do-lazer-e-entregue-apos-obra-de-revitalizacao-em-goiania.ghtml> acesso em 30/06/2022

2 disponível em: <https://www.aredacao.com.br/noticias/125540/rua-do-lazer-e-alvo-de-vandalismo-tres-dias-apos-entrega-da-revitalizacao> acesso em 04/07/2022

marcas engendradas que a pichação deixa nos lugares da cidade. O olhar foi voltado então para a busca do que nomeio aqui: “pichações feministas”.

Feminismo é um termo amplo e que vem sofrendo mais e mais desdobramentos historicamente. Ao utilizar o conceito de *pichações feministas* conscientemente me coloco como usuária de dois termos em disputa. Neste trabalho adoto feminismo especialmente em três diferentes propósitos e que são contextualizados. Me propondo em alguma medida a afetar e ser afetada pelo campo levando em consideração as manifestações subjetivas em especial o atravessamento dos marcadores de gênero em minha própria vivência, como movimento sócio-histórico e como adjetivo das obras estéticas aqui analisadas no que levo em consideração as duas questões já compartilhadas Identifiquei a necessidade de ampliação do escopo dos suportes de produção imagética em torno da pichação, alguns dos quais serão analisados aqui. Para além da pichação, a leitura de formas que se misturam, somam e diversificam como estêncis e lambe-lambes tornou-se um coadjuvante necessário à pesquisa e por isso representado e discutido mesmo que muitas vezes não com a mesma centralidade no texto.

Observar as intervenções na cidade passa a não se tratar somente das afetações em muros, paredes, cartazes e etc. mas na lógica de como sujeitos e suas subjetividades podem ser capazes de intervir no modo de vida cidadina através de protestos, evidências de pautas caras a determinados coletivos e mobilizações. A pichação é portanto uma dessas ferramentas e é analisada como tal. O suporte de uma mensagem com impacto estético e objetivo amplo em seu uso.

Se torna também um contra argumento à ideia de que o feminismo poderia ser uma pauta sempre elitizada e ligada a grupos e espaços excludentes, algo que vem sendo historicamente subvertido por lutas encampadas, por exemplo, por grupos de mulheres racializadas, oriundas de países colonizados, lésbicas, trans e travestis. Quando esse debate ganha as ruas através de uma prática que parte de um repertório cultural de um imaginário ligado à marginalidade, podemos desnaturalizar as pautas por direitos das mulheres como sendo necessariamente ligadas às minorias privilegiadas da sociedade e vislumbrar sua capacidade de amplitude.

Me posiciono nesta pesquisa como mulher externa à pichação, me aproximando do tema através das minhas vivências pessoais e subjetivas, mas também como pesquisadora, o que me coloca em outros caminhos para a abordagem do que provavelmente aconteceria se a pesquisa fosse realizada por uma mulher pichadora. Assim, compreendo uma necessidade

intrínseca de empatia na pesquisa, que não ignore os limites de uma certa objetividade na avaliação dos elementos levantados mas que ao mesmo tempo não a torne fria e impessoal, já que a mesma tem como objeto de observação e compreensão pessoas e suas ações e relações na cidade.

Busco então produzir elementos sociológicos localizados, sobre um universo que permita dialogar com um tema mais amplo, que diz respeito às lógicas femininas³ de existência no cenário urbano. Do ponto de vista metodológico, parto da necessidade de esgarçar os repertórios em torno de gênero e suas interseccionalidades com outros marcadores sociais de diferença, refletindo sobre a ocupação das mulheres nos diversos territórios simbólicos que são marcadamente masculinos, como indivíduos de ação e agência.

Houve de minha parte, em um primeiro momento, a impressão que eu faria campo a partir do momento em que estivesse realizando entrevistas com as minhas interlocutoras, quando as estivesse transcrevendo e analisando, que foi a primeira forma de produção de dados planejada para a produção deste trabalho. Realizar uma pesquisa no apocalipse, enquanto por um lado milhares de pessoas morriam, eram hospitalizadas, vivam o luto e o isolamento social. Por outro lado, o projeto de sucateamento das Universidades Públicas, da educação em geral, dos organismos de pesquisa se encontrava (se encontra?) a todo vapor, o empobrecimento e a consequente fome se alastram como uma epidemia social e os movimentos por direitos são mais e mais perseguidos, atacados e desmantelados até mesmo internamente há algumas reavaliações de caminho. Nem sempre tranquilas, e muitas vezes em um processo de sofrimento, mas que permitem, ou até obrigam, a refletir sobre o caleidoscópio móvel e complexo que embasa a escolha de um tema, a produção de um projeto e todo o caminho até vê-lo tomando forma.

Venho da museologia, e há vivências da área que, felizmente, ficam. Quando vamos realizar uma exposição, há um longo caminho entre pensar nas primeiras motivações e obras, fechar um tema, realizar curadoria, plantas baixas, plantas altas, precificação, material de divulgação. É tanta coisa para que se abra as portas por duas ou quatro semanas. Me percebi desvalorizando esse processo anterior em sua metafórica comparação com a produção de uma dissertação, em uma das muitas freadas que fui obrigada a dar por motivos que vou considerar todos maiores. Sentei com isso e refleti. Quando digeri que estava realmente realizando pesquisa a partir do momento em que sentei e elaborei um pré projeto para o processo seletivo, as coisas mudaram de perspectiva.

3 Entendendo feminino aqui como um corpo marcado por gênero, não masculino. Não pretendendo se aproximar às definições do senso comum de feminilidade e afins

Já havia pensado em vários momentos em porque pesquisar este tema, quais suas implicações no meu campo pessoal, porque me sentia compelida a analisar, destrinchar e cutucar assuntos aos quais não me via diretamente ligada como é o caso da pichação. Havia falado sobre e havia colocado alguns pontos tanto no meu memorial de qualificação quanto na apresentação deste. Mas não pretendia trazê-lo para o texto final. Talvez sejam as vozes das feministas antepassadas sussurrando assombradamente no meu ouvido que o “pessoal é político” que me trouxeram para este caminho ou talvez seja ainda as horas nunca previstas de isolamento que me deixaram mais à vontade em partilhar meus próprios pensamentos e leituras de mundo.

As manifestações estéticas fizeram parte da minha existência desde criança. Percebo que houve uma preocupação por parte das mulheres que me criaram em me oportunizar vivências nesse sentido. Me recordo de idas a museus, participação em atividades artísticas, idas a parques, ao teatro e a festivais de dança. Dentro das possibilidades de tempo e deslocamento, vivi muito a cidade quando criança. Na adolescência, com mais horas de estudo e mesmo algum desinteresse da minha parte, a maioria absoluta de minhas experiências acontecia envolvendo a escola. Particpei da banda marcial do colégio, do grupo de dança e de peças escolares, frequentava a biblioteca e assistia apresentações, tudo naquele ambiente.

Foi na faculdade, já no curso de Museologia, que me reencontrei com essa Goiânia grande, com o ir e vir, principalmente nas regiões leste e central e no campus Samambaia, localizado na região norte da cidade. Nos Museus, cinemas de rua, festivais diversos, batalhas de rap, apresentações de orquestra e performances artísticas. Ao mesmo tempo, nesse reencontro, já havia algum arcabouço teórico para olhar criticamente para aquilo que me cercava. Quem eram as pessoas que estavam ali em cada um daqueles lugares. Quem era o público das exposições, das peças, quem estava nos bastidores. Quem eu encontrava no ônibus naquele mesmo trajeto mas não descia por ali.

Na monografia, já com essa busca, minha tentativa foi a de “ir até”. Desenvolvi uma proposta de exposição em um terminal de ônibus. Chegar lá e levar manifestações estéticas e textuais, mensagens a quem passasse, sem precisar desviar, sem precisar sair do caminho. Nesse ir e vir de ideias espaços e contextos comecei a olhar, com atenção, com sensibilidade, para algo que já tinha visto diversas vezes, sobre o qual já havia conversado sobre, trocado ideias, até defendido de certa maneira, mas não tinha me deixado tocar por sua potência: A pichação.

Foi com a pichação, e as demais escritas urbanas, que me reencontrei com a cidade e passei a lê-la com outros olhos e outras legendas. Nesse caso, sociológicas. Mesmo quando as marcações me são indecifráveis, a marca de estar ali, tinta sobre superfície, me faz notar que houve uma ocupação daquele espaço. Ocupação daquela superfície. Buscou-se fazer notar em seu anonimato. E comunicar algo, ou muitas coisas. Foi também um dos meus primeiros abraços metafóricos com o espaço do campus universitário. Enquanto estudante, me (re)descobri e modelando enquanto feminista, na saída da disciplina de “Arqueologia, Gênero e Pós-colonialismo”, ministrada pela professora Camila Moraes Wichers da Pós Graduação em Antropologia Social, da qual participei como ouvinte, o seguinte picho, na parte externa da Faculdade de Letras esbarrou comigo:

Figura 5 - Picho Faculdade de Letras/UFG



fonte: acervo pessoal, 2016

Contextualizo. Em 14 de Março de 2016 ocorreu o “1º Ato contra Assédio e Violência Sexual na Universidade Federal de Goiás” em denúncia contra casos de assédio diversos que foram denunciados contra um mesmo monitor. Essa primeira movimentação culminou em muitas outras e, motivadas por diversos atos de violência ocorridos em diversos âmbitos da Universidade, incluindo o Colégio de Aplicação onde há aulas do ensino Fundamental e Médio, diversas mulheres ocuparam a Reitoria da Universidade, o que chamaram de “As Minas na Reitoria UFG”. O caso é explicado na seguinte nota, publicada no dia 17 de Junho na página de Facebook do grupo.

“NOTA SOBRE A OCUPAÇÃO DAS MINAS NA REITORIA- UFG

Nossa ocupação é independente a grupos, partidos e qualquer entidade, possui caráter horizontal e tem como objetivo cobrar medidas a curto, médio e longo prazo da UFG para tornar a universidade um espaço minimamente segura para as mulheres, nos amparando (estudantes, técnicas, terceirizadas e professoras) em nossas denúncias, fazendo campanhas de prevenção, conscientizando professores, estudantes, técnicos, tomando medidas incisivas contra práticas de assédio e abuso e tornando o espaço físico da UFG um espaço mais seguro. Assim, independente da veracidade ou não da denúncia, que ainda deve ser averiguada com mais profundidade, a ocupação segue firme defendendo suas reivindicações por uma universidade que seja minimamente segura para nós mulheres.

No dia 13/04, após constatado pelas redes sociais a constância de casos de assédio por parte de um mesmo monitor, centenas de mulheres reuniram-se no 1º Ato Contra Assédio e Violência Sexual na Universidade Federal de Goiás e cobraram medidas da reitoria contra o acusado em específico e contra os sistemáticos casos de assédio na UFG (<https://www.ufg.br/.../87844-grupo-pede-apoio-em-casos-de...>), até hoje nenhum processo de sindicância foi aberto contra o aluno denunciado e tampouco, qualquer outra medida de combate e prevenção de assédios dentro da UFG. Na mesma semana, após denúncia de uma disciplina coordenada por um professor, que já responde a processos, informou que mulheres que usassem short ou saias na sua aula, sofreriam sanções e poderiam ser impedidas de assistir as aulas teóricas, pois “tiravam a atenção dos homens(alunos e professor, que é casado)” em resposta um shortaço e uma semana feminista foi organizado na Faculdade de Enfermagem nesta semana.(<https://www.facebook.com/.../a.40101.../1043306975736234/...>).

No dia 24/05 o grêmio do CEPAE convidou para uma reunião para uma discussão dos casos de assédio que estava acontecendo no colégio, lembrando que é um colégio aplicado dentro da UFG (<https://www.facebook.com/Gr%C3%AAmio-Estudantil-Damiana-da-Cunha-C-epaeufg-407129472732635/>), o que culminou em um ato no dia 30/05 no CEPAE denunciando um professor e cobrando respostas da direção, após a pressão das estudantes foi aberto um processo de sindicância.

No dia 14/06 um professor foi vaiado na Faculdade de Educação da UFG por ser acusado de proferir um discurso racista (<http://g1.globo.com/.../alunos-acusam-professor-da-ufg-de...>). Além do comentário específico que foi o estopim, estudantes afirmaram que em diversas outras aulas houve falas machistas e homofóbica do professor em questão. Dada a repercussão de tal denúncia e um amparo da unidade das/os estudantes uma sindicância foi aberta, mas o professor denunciou dois estudantes por injúria.

Dia 26/05 é vazada uma pontuação interna do InterUFG (<http://g1.globo.com/.../pontuacao-para-tipo-de-mulher-que...>) que além de ser extremamente machista ao objetificar mulheres, é ainda racista e transfóbica, ao dar baixa pontuação à mulheres negras e a pontuação negativa à mulheres trans e travestis. Não suficiente, o Jornal O Popular foi a festa do InterUFG e constatou diversos assédios e abusos no espaço, além de ouvir diversas denúncias de mulheres (<http://www.opopular.com.br/.../ap%C3%B3s-lista-da-pega%C3...>). A única medida da UFG foi isentar-se de sua responsabilidade e retirar o nome do evento, ainda que destine 16 mil reais a este, desamparando mais ainda as mulheres. Como forma de pressionar a UFG afim de assumir sua responsabilidade e combater e prevenir o assédio na universidade um grupo de estudantes, predominantemente mulheres, fora a reitoria cobrar medidas (<https://www.facebook.com/.../pcb.../636943713120501/...>). A única medida foi marcar uma reunião para o dia 8. Articulou-se uma frente feminista que reivindicou entre outras coisas, melhoria na ouvidoria, aceleração e transparência no processo de sindicância e campanhas institucionais da UFG contra o assédio (<https://www.facebook.com/frentefeministaUFG/posts/1715442732028865>). E pasmem, a única deliberação de tal reunião foi justamente outra reunião para o dia 28. Assim, só nos últimos dois meses temos pelo menos 5 movimentações de estudantes da UFG denunciando casos de machismo, racismo e transfobia, destas têm-se que a instituição quando age, o faz somente quando pressionada pela organização das próprias estudantes, caso contrário a tendência é só o abafamento

das denúncias, deixando as estudantes completamente desamparadas pela instituição. Ademais, o único procedimento da instituição é referente a sindicância, não criando mecanismos de prevenção e proteção.

A denúncia de estupro do dia 14/06 dentro da UFG e que mobilizou diversas estudantes foi o estopim, uma vez que a ocorrência de casos de assédios e abusos, entre outras opressões, estava sendo sistemático e as medidas insuficientes. Apesar do susto e da repulsa ao estupro, ninguém se surpreendeu com a denúncia, uma vez que além da forte presença da cultura do estupro na sociedade, o que banaliza e incentiva a apropriação do corpo feminino por homens, têm-se um campus enorme e isolado, que por ordem da própria reitoria têm as luzes apagadas teoricamente às 23h, porém a prática se mostra diferente, pois a partir das 19h as luzes são apagadas sob o pretexto da economia de energia e não possui mais guardas universitários, uma vez que a UFG atrasou o pagamento, guardas estes que já eram insuficientes. Ou seja, os cortes orçamentários da UFG estão expondo a vida e segurança das/dos estudantes, principalmente a de nós mulheres. Como resposta a estes casos sistemáticos teve-se a ocupação da reitoria, uma vez que os diálogos em nada estavam adiantando. E como conquista desta mobilização já temos iluminação na Faculdade de Informação e Comunicação e a poda das árvores ao redor, reivindicações antigas do movimento estudantil da UFG, e só desocuparemos quando mais medidas urgentes forem tomadas e as demais acordadas.” (AS MINAS NA REITORIA UFG, 2016) ⁴

Essa foi, segundo publicado na época inclusive pelas páginas oficiais do Movimento, a primeira ocupação protagonizada por mulheres de uma Reitoria no Brasil e causou grandes impactos na minha formação, já que entrei na Universidade em 2016, com início das aulas no dia 30/03 já sentindo os efeitos de tal organização, principalmente sendo estudante no período noturno. E essa ação conquistou durante meu primeiro semestre letivo a iluminação mais adequada em diversos prédios. A pichação registrada acima foi uma das que surgiram na universidade contemporâneas a este processo de organização feminina de denúncia, reivindicação, ocupação e conquistas. Foi uma das primeiras que me chamou a atenção no espaço universitário.

Dentre as várias marcas deixadas por esse evento, incluindo as documentações das próprias ocupantes presentes principalmente no Facebook e as reportagens da Comunicação da UFG com relatos da época, as marcas nas paredes me causaram especial impacto pois se fazem presentes para todas as pessoas que transitam naquele espaço, tendo ou não vivências ou conhecimento sobre aquele momento específico e possibilitando a reflexão, ou a raiva e indignação, em um contexto ampliado.

Assim, neste trabalho, exploro visualmente pichos existentes nos Campus I e II (Colemar Natal e Silva e Samambaia), o Setor Central, principalmente a Rua 08, incluindo sua parte conhecida como “Rua do Lazer”, e alguns trechos nessas imediações. Meu recorte dessas marcas engloba as que têm mensagens decifráveis para mim, ou seja, com caligrafia não-típica, e que enxergo enquanto feministas. Compreendendo, ou buscando compreender,

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/asminasnareitoriaufg/posts/1074137745987443/> acesso em: 15/03/2022 às 07:58

as pluralidades e mesmo cisões das diversas correntes do movimento.

Para apresentar essas marcas da cidade e compartilhar a interpretação crítica e embasada nas leituras, no primeiro capítulo partilho sobre metodologia, experimentações a partir de leituras multidisciplinares e compreensões diversas sobre o campo, os caminhos que o trabalho de pesquisa levou influenciado pela minha própria vivência da academia, especialmente da pós-graduação, das orientações e os impactos da pandemia da Covid-19 e o consequente isolamento social por ela acarretado na produção de elementos empíricos, na leitura das imagens e na relação com a cidade.

O segundo capítulo apresenta os fundamentos sobre a história da pichação e as leituras do campo que foram realizadas para construir e embasar meu olhar sobre o campo, mantendo em mente o que anteriormente já foi consolidado em acordo ou desacordo com tais. Também apresento argumentos de como, vivenciando a leitura dessas obras pela cidade, percebo a possibilidade dessas intervenções como ferramentas de transmissão geracional feminista, de uma maneira orgânica, que apresenta pautas do movimento de maneira breve a quem está na rua, como um ponto focal a ser explorado. Que a capacidade de reflexão possibilitada pelas frases nas paredes é capaz de um certo impacto no feminismo principalmente jovem.

O terceiro capítulo é um convite de vivência da cidade através das imagens coletadas, dessa cidade enxergada nas narrativas construídas a partir das marcas da cidade como minhas interlocutoras. São apresentados tanto registros fotográficos produzidos durante a pesquisa, como as combinações que realizei entre essas produções levando em consideração os temas evocados e o trajeto na cidade pelo qual percorri para vivenciá-las.

Em nota, gostaria de explicitar que adotei a estética do estêncil para a construção gráfica e digital da separação de capítulos levando em consideração a presença de tais no campo, entendendo sua proximidade com a pichação e buscando uma maior facilidade na compreensão dos títulos que temi não serem alcançadas na escrita a mão livre.

CA
PI
TU
LO
I

TRAÇADOS
E
PERCURSOS

Início este trabalho utilizando a etnografia como método de inspiração ao exercício de produção de elementos empíricos a serem analisados. A escrita etnográfica permite que para além de uma observação do que poderia ser compreendido como objeto de pesquisa haja uma inserção de quem pesquisa no campo. Ao me entender como parte ativa do processo de compreensão e processamento das informações encontradas, atinjo uma maior potencialidade na exposição do meu ponto de vista, minha leitura de mundo e sou permitida de maneira mais substancial a apresentar as leituras, tanto escritas quanto situacionais, que encontrei enquanto geradoras de novas formas de vivenciar, analisar e pesquisar, aqui especialmente a cidade. Não saio da pesquisa a mesma pessoa que entrei.

Questões essas que exercitei internamente durante a pesquisa para desenvolver um olhar crítico sobre meus próprios objetivos e interesses e buscar formular limites consistentes entre empatia e invasão ou mesmo demarcando as divisões borradas. Nesta pesquisa em específico, trabalhando com teoria crítica, feminismo, subjetividades e afetos, me coloco em diversos espaços da cidade que encontro como cenário e organismo vivo de percepção e construção de territórios e territorialidades.

Meu olhar e minha voz estão presentes intrinsecamente, e é portanto uma escolha deixar tal fato destacado a quem me lê a partir do uso da primeira pessoa. Foi um desafio me manter em minha própria voz, mas como as tintas marcando muros e monumentos que observei escolhi fazer minhas próprias marcações neste trabalho. Essa escolha se relaciona diretamente com a metodologia escolhida: feminista e de inspiração etnográfica.

O objetivo aqui foi registrar, catalogar e explorar pichações alinhadas com perspectivas e lutas feministas encontradas nas regiões Leste, Norte e Central de Goiânia partindo de uma ligação afetiva com estes espaços e utilizando de uma experimentação etnográfica de observação como metodologia de construção de narrativa sobre o campo. Buscando compreender em que medida as mensagens pichadas nos muros têm a capacidade de inserir o feminismo nos espaços nos quais se encontram.

Ler a cidade atravessa vários sentidos e processos, há muito material de leitura textual: placas de sinalização, folhetos, outdoors, camisetas, fachadas, endereços. Há ainda outras possibilidades: de ler expressões, sons, desenhos nas paredes, da arquitetura. É sob uma ampla variedade interpretativa do ambiente urbano que a pichação, e algumas das produções entrelaçadas com ela como lambes e estênceis apresentam-se como legenda de cenários citadinos.

Interpretar essas produções, o sentido de existirem, e suas diversas contextualizações

têm registros em outras formas de escrita, sendo aqui o foco a acadêmica. Caminhar lado a lado com a narrativa de autoras e autores faz parte do processo de produção de sentidos sobre as intervenções aqui pesquisadas tanto quanto a deriva pela cidade e a leitura das obras de intervenção urbana em si.

A deriva pela cidade em aspecto tanto físico e literal, na caminhada e no percurso pelo uso do transporte público e com isso pela experiência em si de ser uma mulher vivendo na *urbes* e as afetações emocionais proporcionadas por encontros com a própria cidade e com as pessoas dela, principalmente após um longo período de isolamento social. A busca real de usufruir de um direito a cidade acaba sendo negado por lógicas de classe, raça, sexualidade, idade, deficiências e outros marcadores sociais da diferença, como é o foco principal da pesquisa, gênero.

A pichação, com seu caráter de deslocamento do olhar através da produção de novas imagens e mensagens sobre espaços de grande circulação possui o potencial de chamar a atenção para temas cotidianamente invisibilizados e esse fator se apresenta como de grande capacidade mobilizadora. Passei por um grande estranhamento ao ouvir e ler a importância do distanciamento entre quem pesquisa e quem é pesquisado, “pesquisador” e “objeto” dentro de algumas leituras, mas seguindo com as leituras e nesse processo encontrando textos sobre etnografia, teoria feminista, estudos decoloniais e demais áreas do conhecimento que reconhecem e valorizam o olhar de quem pesquisa como fonte de interferência ao que é estudado me percebo abraçada e embasada, para seguir firmando minha posicionalidade na pesquisa sem procurar me adequar constantemente a uma suposta neutralidade do conhecimento e do fazer científico.

Fui oportunizada a pensar estética de maneira dialógica, coletiva, democrática e isso também moldou meu olhar quanto aos caminhos que gostaria de tomar, conceitos que seriam necessários introduzir, processos ou até movimentos que poderiam influenciar a minha jornada na interpretação das imagens interlocutoras, para abrir meus olhos e minha sensibilidade para o que seria trago até mim. Nessa direção, incentivada a ser afetada e me sentir à vontade para construir um percurso metodológico guiado por como essas produções me atravessassem muito inspirada na lógica de um direito à cidade (LEFEBVRE,2001; HARVEY,2012) alinhado com o avanço dessa perspectiva na ideia do direito à cidade como uma política de gênero, como é o tema do Livro:“Direito à cidade, uma perspectiva de gênero”. foi elaborado pelo Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico em 2017. Em um de seus capítulos aborda a própria pichação como ferramenta de ocupação das mulheres na cidade.

As imagens que chegam nesses espaços improvisados e subvertidos são parte do exercício dessa reivindicação por falar e ser ouvida, ou ler e ser lida no espaço cotidiano das cidades.

1.1

RASCUNHOS

Quando cheguei ao tema desta pesquisa e refleti sobre minhas trajetórias de escrita já havia uma diversidade de trabalhos concluídos e em andamento sobre o assunto, em ângulos diversos, por pesquisadoras/es de todo o país - mas principalmente na região sudeste - e ler estes trabalhos foi o primeiro passo metodológico para produzir possíveis camadas outras a respeito da pichação, entender conceitos e disputas, escolher recortes a serem adotados e buscar a inserção neste campo teórico.

Nesta primeira etapa metodológica de revisão bibliográfica pude ampliar meu olhar para termos, disputas, concessões e consolidações de sentidos presentes nas mais diversas pesquisas sobre a pichação (e a pixação e o xarpi⁵) bem como traçar de alguma forma uma cronologia para a compreensão do que permanece desde os anos 2000, onde há como a primeira etapa de concentração destas pesquisas, dos anos 2010 e vislumbrar quais as produções teóricas que vêm sendo desenvolvidas e contempladas na contemporaneidade dos anos 2020 que acabamos de adentrar e que estão já se inserindo em pesquisas que foram executadas de alguma forma inseridas na pandemia da covid-19, como é o caso desta própria contribuição.

Pontos comuns no campo são a contraposição entre grafite e pichação, a identidade dos sujeitos ligada e representada à juventude e à periferia, e constantemente à masculinidade, e ao debate do caráter transgressor da atividade. Na ideia apresentada no pré projeto submetido para disputa de vaga no Programa de pós graduação a pesquisa seria focada na ferramenta da pichação enquanto articuladora política e ferramenta de luta por direito a cidade.

Me encontrando sensibilizada pela recente participação em grandes mobilizações dos Tsunamis da Educação, além de protestos por direito à moradia, direitos das mulheres e contra a recessão de direitos de trabalhadoras e trabalhadores em 2019. Logo após ter defendido uma monografia inserida de certo modo nos direitos por mobilidade urbana. E naquele momento envolvida em cursos de formação de organizações sociais como o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) e a Fundação Perseu Abramo, nos primeiros meses da pandemia, antes do retorno das aulas pelo Ensino Remoto Emergencial. O

⁵ Já que todos termos são utilizados em referência à prática e sua grafia diferenciada faz referência tanto ao lugar geográfico, em São Paulo os trabalhos definem essa escrita com x, e o Xarpi que é um código para o pixar é predominantemente utilizado no Rio de Janeiro, tanto uma disputa no próprio campo entre pichadoras e pichadores. Há uma incidência maior de picho com x fora de São Paulo em referência às escritas em códigos próprios e utilizo picho com ch tanto pela escolha de demarcar uma prática externa a São Paulo como em tentativa de ilustrar uma referência direta à prática de escrita nos muros utilizando códigos alfanuméricos que utilizamos na leitura e escrita cotidiana.

recorte da ocupação da cidade e a reivindicação de espaços parecia o rumo mais instigante, e de certo modo, mais coerente para focar na pesquisa.

No entanto, as leituras, em conjunto com as reuniões de orientação e as disciplinas do próprio programa de pós-graduação acabaram por proporcionar um grande interesse no recorte de gênero, algo que não aparecia na maioria das pesquisas e quando o fazia era principalmente para justificar um lugar de ausência. Desde o lugar das produções, no qual a maioria do que foi produzido e citado nos outros trabalhos vinha de uma produção masculina, até os sujeitos participantes dos trabalhos.

Desde o projeto submetido e aprovado no Conselho de Ética, até o material avaliado no exame de qualificação, a pesquisa passou a buscar mulheres na pichação e o passo seguinte envolveria entrevistá-las. Neste caminho, elas seriam o principal sujeito da pesquisa e um dos objetivos era amplificar suas vozes preservando seu anonimato. Mesmo já inserida no contexto da pandemia da covid-19 e do isolamento social, naquele momento houve uma perspectiva inicial de realização dessas conversas de modo remoto, intermediada pelas ferramentas virtuais ou ainda de que pudesse em breve voltar às ruas com tranquilidade ao fim da pandemia.

A primeira opção acabou sendo um desafio ainda maior do que o esperado, e a segunda quase fora da realidade, pois até este momento de escrita ainda estamos convivendo com o vírus e as consequências deste, apesar das medidas de mitigação terem sido abandonadas ou amplamente afrouxadas. O resultado foi uma mudança de todo o escopo da pesquisa, mas ainda mantendo o gênero como a preocupação principal a ser mantida nesse novo recorte.

Além do aprofundamento das leituras sobre o tema da pichação, e as transversais a ele, somado às trocas e diálogos nas disciplinas obrigatórias e optativas além das orientações, a ideia de ler o resultado das ações, as próprias pichações, como sujeito marcador da cidade se apresentou e encontrei no experimento etnográfico uma possibilidade de estruturar as observações e impactos das imagens sobre eu mesma, projetando o pessoal enquanto ferramenta política e buscando analisar a possibilidade de uma capacidade de inserção do feminismo no cenário urbano através destas mensagens.

Realizar uma pós-graduação atravessando o processo de isolamento social imposto como forma de desaceleração do contágio do coronavírus foi uma experiência inédita globalmente. Houve a necessidade de uma readequação compulsória, de experimentações de carga horária de estudos remotos e transferência de atividades para o meio virtual. Interações

humanas diretas trocadas por aquelas intermediadas por máquinas. Todo o acesso a conteúdos, colegas e professores foi modificado e da mesma forma o acesso à sujeitos da pesquisa e lugares.

O impacto de mudança de ambiente, aumento expressivo do tempo de tela, migração dos espaços de aprendizado e lazer para o mesmo lugar, diminuição de contato com outras pessoas e um luto coletivo acompanhado do empobrecimento da população e do acompanhamento diário de escolhas prejudiciais à população brasileira como a não compra de vacinas e o desabastecimento de oxigênio em hospitais gerou repercussões sociais e psicológicas que ainda estamos no caminho de mapear.

Para acadêmicas e acadêmicos, especialmente de instituições públicas, o processo vem acompanhado do agravamento no sucateamento das universidades e dos órgãos de pesquisa, a perseguição ideológica de pesquisas sobre gênero, sexualidade, desmatamento e demais temas críticos por isso, se mostra necessário pensar a construção cada vez mais fortalecida de uma narrativa negacionista e anti-ciência que afeta a área das humanas com uma lógica de achismos e opiniões que ganham uma visibilidade e repercussão muito maior do que os saberes construídos ao longo de décadas utilizando o método científico.

O desânimo que vem com todas as situações citadas somado, para muitas das mulheres brasileiras, com um aumento exponencial do trabalho doméstico e de trabalhos de cuidado no geral que acarretou jornadas triplas de ainda maior intensidade. Trabalhar com pesquisa nesse cenário, ainda mais pesquisas onde os próprios sujeitos se encontravam muitas vezes em excesso de atividades, exigiu adaptações diversas. A própria cidade passa a ser um organismo diferente do momento em que adentrou o ambiente doméstico em março de 2020, para quando volto a viver a, e na, cidade já no final de 2021.

Um exemplo deste processo foi de que inicialmente a Praça Universitária, que tem um grande impacto afetivo pessoal, e também é um dos pontos de concentração para saída de manifestações na cidade, seria um dos meus pontos centrais de investigação. Lembro-me de conseguir visualizar mentalmente as imagens que participariam, quais processos atrelados a elas e até quais movimentos atrelados a muitas, pois eram figuras às quais me encontrava familiarizada. No entanto, ao ir de encontro ao espaço realizar o registro uma *readequação* da praça, e em especial do palácio das artes onde se concentrava a maioria das imagens, encabeçada pela prefeitura havia coberto tudo com tinta azul.

Foi mais um incentivo, para registrar a efemeridade das mensagens das ruas, que às vezes podem parecer duráveis quando consumimos uma assustadora quantidade de

informações em poucos minutos pelos meios digitais, mas que ainda são extremamente passageiras quando pensamos no mundo analógico.

Para além do simbolismo feminista, as pichações acabaram por simbolizar meu reencontro com a cidade na qual vivo e me deram as boas vindas de volta às ruas e ao espaço público do qual me vi forçosamente afastada. Esse processo gerou reconhecimento e uma perspectiva de que como aqueles registros anônimos eu também poderia pertencer ao cenário urbano novamente. O deslocamento do olhar e da leitura sobre o espaço leva ao centro do debate que nomeio aqui enquanto “pichações feministas”, que possuem mensagens que dialoguem diretamente com pautas feministas.

Angela Davis, em um discurso à Universidade de Chicago em Maio de 2013, posteriormente transcrito com o título “Feminismo e Abolicionismo: Políticas e práticas para o século XXI” na coletânea “A liberdade é uma luta constante”, declara:

O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias “mulher” e “gênero”. As metodologias feministas nos impelem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de produtivo nelas. O feminismo insiste em métodos de pensamento e de ação que nos encorajam a uma reflexão que une coisas que parecem ser separadas e que desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas.” (DAVIS, 2018,p. 98 e 99)

A desnaturalização é uma palavra muito pertinente às práticas e teorias feministas, assim como o é para a sociologia, quanto mais na intersecção de ambas. As mensagens analisadas colaboram nesse processo. De desnaturalizar a dicotomia público e privado, a ausência das mulheres e pautas que se apresentam relevantes a elas na cidade, possibilitam memórias e registros em espaços de visibilidade. Ocupam a cidade e reivindicam em algum grau o recorte de gênero na luta por direito à cidade, mostrando que é um espaço onde já estão presentes as mulheres apesar dos constantes esforços de sua invisibilização.

A criação de imagens pode ser uma ferramenta importante de controle do discurso. A produção dessas imagens contra-hegemônicas, em espaços públicos ou de grande circulação de pessoas permite uma retomada na autoria e nos sentidos expostos por esses discursos em torno das manifestações estéticas.

A filósofa feminista Allison Jaggar em *Amor e Conhecimento: a emoção na epistemologia feminista*, apresenta como ao longo da história do ocidente razão e emoção sofreram afastamentos tendo a primeira sido colocada em um lugar de subalternidade em relação à segunda, e atribuída a um *ethos* feminino.

“A razão não só se opõe à emoção, mas é associada ao mental, ao cultural, ao

universal, ao público e ao masculino, enquanto a emoção é associada ao irracional, ao físico, ao natural, ao particular, ao privado e, obviamente, ao feminino”(1997,p.157)

A construção histórica deste sentido, reforçada no positivismo e neopositivismo, coloca na ciência uma suposta imparcialidade que faria com que se despisse de envolvimento emocional o objeto de estudo. Essa imparcialidade vem sendo criticada desde o materialismo histórico dialético e posteriormente por movimentos pós e decoloniais, de diáspora e tantos outros, entre eles o feminismo. A proposta de Jaggar, em conjunto com suas próprias leituras feministas, é a de traçar uma epistemologia de pesquisa que admita uma relação conjunta entre razão e emoção e não uma oposição obrigatória. (JAGGAR, 1997: p.170) A metodologia, a epistemologia, a teoria e a prática feminista vêm ressignificando a lógica das emoções como um fator necessariamente prejudicial aos processos de pesquisa e produção do conhecimento há décadas. Percorrendo este caminho, apresento abertamente o reconhecimento de minhas próprias emoções em relação ao campo como parte do processo deste experimento etnográfico de leitura da cidade que se propõe feminista.

Mário Chagas e Myrian Sepúlveda (2002, p.36) dizem que “O poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos”. Ao pensarmos a categoria de poder a partir da concepção de Bourdieu (1989, p.09), “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma relação gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e em particular do mundo social)”. Partindo deste princípio, a pichação é aqui compreendida enquanto um contrapoder, um poder que busca ser tomado ao bater de frente com os critérios normativamente estabelecidos. Seria assim uma possibilidade de que as mulheres se apoderem dessa ferramenta para que exerçam este poder, a partir desta expressão estética de transgressão.

Segundo o historiador da arte William Mitchell (2015), é preciso perguntar “O que as imagens querem?”. Ele segue apresentando a ideia de que a desfiguração de uma imagem seria um símbolo de adoração, não de profanação. Trilhando esse caminho, poderíamos considerar a possibilidade da pichação não ser um símbolo de vandalismo, mas de participação, de apropriação da cidade como suporte da manifestação de vivências. O que a pichação quer? O que se pretende com ela? E quando as imagens e mensagens grafadas aludem a temáticas relacionadas com perspectivas feministas? Essas são questões para uma reflexão sociológica acerca da pichação, e de como ela pode produzir relações sociais e comunicar discursos. Ainda segundo esse mesmo autor, a ideia de que a imagem é criada no sentido de satisfazer o desejo do espectador e esconder, apagar o desejo de quem produz essa

imagem, alimenta um olhar parcial, por uma fechadura. Proponho uma análise da pichação como abrir a porta e adentrar a cena, tomar participação direta e interferir, colocando os próprios desejos acima do de qualquer espectador/a.

Por si só o ato de colocar os próprios interesses estampados já se alinha com uma prática contra-hegemônica para mulheres. Pode ser interpretado enquanto uma ação de libertação, uma atitude feminista. De nós é esperado e construído sócio historicamente um papel de cuidado inato e de subalternidade. Costumeiramente há uma tentativa de adestramento das mulheres para que associem seus próprios interesses e o autocuidado com futilidade ou egoísmo. Como processos que beiram a crueldade para os demais membros da sociedade, que foram por sua vez, criados para depender de seu trabalho reprodutivo não remunerado.

Nicholas Mirzoeff, teórico e ativista da cultura visual por sua vez reivindica o direito a olhar dizendo que ele “reivindica autonomia, não individualismo ou voyeurismo, mas pleiteia uma subjetividade e coletividade políticas” (2016,p. 746) e ainda acrescenta que “o oposto do direito a olhar não é a censura, então, mas a visualidade, aquela autoridade que nos manda chispar e que supõe aquela reivindicação exclusiva da capacidade de ver” (id.: ibid.). Seria, com base na perspectiva do autor, a pichação uma ferramenta de exercício do direito de olhar? O próprio autor apresenta que esse direito exige autonomia no que tange à autoridade, exige realidade, contra visualidades. Às mulheres, por muitas vezes, foi negado o direito a produzir um olhar sobre si mesmas e a narrativa que o acompanha, processo pesquisado em teorias como o *Male Gaze* (Mulvey, 1989).

A resistência que pode ser encontrada na articulação de produções estéticas, ainda que marginalizadas, que causem produções de sentido alinhadas com as pautas evocadas pelo movimento feminista em suas diversas correntes é uma possibilidade de subversão ao silenciamento e a subjugação impostas na produção e divulgação de imagens, principalmente quando o associado ao feminino é majoritariamente delicado e desassociado de lutas concretas tocadas por mulheres e pessoas a elas aliadas.

1.2

METODOLOGIA

Em busca de compreender os processos sociológicos refletidos nas intervenções estéticas urbanas, aqui principalmente a pichação, o caminho percorrido foi primeiramente um mergulho na bibliografia sobre o tema. Compreender o que estava sendo dito, principalmente em relação à produção conterrânea, e realizar uma pesquisa que contribuísse para novos tópicos e debates no campo. Durante este primeiro momento foram, em parte, essas vozes que me mantiveram companhia no já normalmente solitário processo de pesquisa e incentivaram meu trabalho de memória, na medida em que, sem possibilidades seguras de ir a campo percorria a cidade pelas minhas próprias lembranças encaixando ou questionando observações e análises levantadas nos ditos trabalhos.

Algumas percepções que colaboraram na mudança de direção deste trabalho vêm daí. Uma, foi a ausência de registros encontrados no ciberespaço, catalogados de modo a serem facilmente identificados. As imagens associadas à pichação goianiense ou eram encontradas em notícias sobre vandalismo e destruição de patrimônio público, e mesmo assim escassas, ou em perfis de redes sociais como cenário de fotos centradas nas pessoas. Com essa percepção, o interesse maior de mapeamento e registro dessas imagens foi despertado.

Registrar para compartilhar, no sentido de levar até pessoas de outras localidades, ou mesmo da própria cidade, as imagens, para que além da leitura por mim apresentada, possam fazer sua própria. E para que a existência destes seja ressaltada, salvaguardada, visibilizada. Ao longo dos anos, em diversos ambientes masculinizados as mulheres existiram e somaram. Essa contribuição foi repetidamente apagada ou sendo ignorada, ou tendo sua autoria real substituída na narrativa pela de outra pessoa, principalmente por homens. Por mais que a autoria dessas obras não seja comprovadamente feminina, suas mensagens são relacionadas à esses sujeitos, de forma que o seu apagamento constitui no apagamento de processos de ocupação da cidade feitas por subjetividades que podem ser associadas ao feminismo.

A etnografia se torna aliada importante pois permite, e até incentiva, que haja uma navegação entre campos embaçados, sem delimitações fechadas, permite o caminhar interpretativo alinhado com outros processos de construção do conhecimento como a teoria feminista. E se coloca como lente do olhar sociológico na medida em que permite maior sensibilidade e enfoque nas subjetividades inegavelmente entrelaçadas ao fazer sociológico.

Faz-se necessário ressaltar o que motiva o foco na questão de gênero na pichação:

tratando-se de uma prática historicamente associada a homens, e esses dentro dos padrões cis⁶ e hétero, a busca aqui é ir além da denotação de ausências e vazios corpóreos, simbólicos e comunicativos por si só, mas buscar identificação de agências. Como em muitos outros campos de análise a abertura para uma maior profundidade e *plurivocalidade* na busca por sujeitos da pesquisa possibilita ver a já existência do contra normativo, de corpos e pessoas diversas, partindo do entendimento que o protagonismo dessas pessoas é constantemente subjogado, apagado, diminuído. Pretende-se que aconteça a abertura de locais de escuta, a observação por outros ângulos e olhares para revelar a partir de aprofundada investigação de questões anteriormente ocultas nas dinâmicas urbanas.

Documentar esses processos construídos tendo como fonte uma pesquisa qualitativa tem um apelo para mim na medida em que torna essa prática um ponto de partida, ou um ponto focal, na busca por entender como e quais mulheres adentram em lugares do masculino, como provocam ranhuras e subversões, se as provocam e como isso nos coloca enquanto pesquisadoras em um espaço de observação de lógicas de vivência urbanas que perpassam o corpo, mas vão além dele, ou que têm nele pontos de manifestação, materialização do simbólico.

Há lugares múltiplos da pichação, inclusive enquanto campo de estudos dentro da academia, o que vem sendo insistentemente alicerçado com ênfase nas últimas três décadas, mas também das vozes que se perdem muitas vezes no eco das narrativas que protagonizam sempre as mesmas personagens. Propõe-se a imaginar a possibilidade de tal marco estético como capacitado a gerar memórias nas cidades, cicatrizes e rachaduras na estrutura desigual do modelo de divisão social atual, através de intervenções construídas com tinta e transgressão patrimonial.

Contempla-se ainda, que as mulheres neste espaço sejam estrangeiras, no sentido de alguém próximo e simultaneamente exterior, ou tomando emprestada a ideia de *Outsiders within* de Patricia Hill Collins (2016) que cunhou o termo falando sobre a perspectiva de mulheres negras nas casas brancas dos Estados Unidos, que participaram das dinâmicas e sabiam os segredos, mas não chegavam a pertencer. Nessa aproximação conceitual as mulheres participaram dos grupos que compõem a pichação, mas estariam sempre vestidas de seus marcadores de gênero. A proposta de construção analítica era, caso comprovada em campo tal suposição, explorar os desdobramentos desta posição social.

Compreendendo a pichação como linguagem, e indo além, como dimensão estética e

⁶ cis em referência ao termo “cis gênero” que nomeia pessoas que plenamente se identificam com seu “sexo biológico”

imagética desta linguagem, podemos pensar que está atravessada por “raça, geração, gênero, religião, classe, educação e história política.”(HARAWAY, 2004). Analisar todos esses marcadores sociais da diferença com profundidade é uma tarefa ambiciosa, há limites novos e desafiadores a serem traçados, barreiras sobrepostas às já costumeiras dentro de uma pesquisa, pensando nas limitações de sempre, e nas novas. A referida investigação se arrisca a pontuá-los no campo, no entanto com especial delimitação na generificação, ou seja, da inclusão dos processos que envolvem o gênero, sem abrir mão das interseccionalidades que se mostrem presentes.

CÁ
PÍ
TU
LO
II

ESSA TAL
DE PICHANÇA

Há duas principais histórias originárias sobre a pichação da forma mais aproximada com o que conhecemos hoje em dia: a primeira é localizada nos movimentos de contracultura na França ⁷ que encontraram na escrita em muros de construções públicas uma maneira de protesto contra o governo, a outra conta que bairros negros e latinos de Nova York⁸ iniciaram o *graffiti* no final dos anos 1960 com escritas de “pichadores” (taggers) como Taki 183 e Julio 204 e se fortalece com a invenção da tinta spray. No entanto, a prática de escrita nas paredes, registros dos cotidianos e comunicação através da intervenção no espaço de vivência remonta de tempos pré-coloniais desde as inscrições rupestres e avança e se remodela na História.

Essas histórias fazem sentido nestes termos, quer dizer pichação e grafite como processos distintos, principalmente no Brasil. A inscrição monocromática de palavras sobre muros e outras superfícies, com rolinhos, tinta spray e afins, existe em outras partes do mundo mas a definida separação deste termo e do estilo em si é brasileira, tendo diferentes estilizações de acordo com a região sendo uma das mais representadas e difundidas: a paulista⁹, com seus traços retos e ocupação de lugares de difícil acesso e maior visibilidade, como as paredes dos arranha-céus comuns na cidade.

Sobre o início deste fenômeno no país, durante a ditadura civil-militar, aparentemente inspirados pelo mesmo supracitado movimento francês, principalmente suas parcelas de estudantes, o movimento estudantil se apodera desta técnica como ferramenta de denúncia sendo o primeiro picho registrado o “Abaixo a Ditadura” em 1968.¹⁰ Essas primeiras inscrições de denúncia nas paredes de lugares com grande circulação de pessoas, são ainda anteriores ao estabelecimento do Movimento Hip Hop ¹¹no Brasil que ocorre no início da década de 1980, ainda na Ditadura Civil Militar como nos apresenta a Giovanna Santos em sua dissertação de mestrado “Contranarrativas periféricas: o movimento Hip Hop como agente de memórias.” (2021,p.44). Essa localização histórica colabora na percepção do maior distanciamento entre o grafite e a pichação no cenário nacional em relação a outros contextos geográficos como os Estados

⁷<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/2972-grafite-x-pichacao-qual-a-diferenca#:~:text=A%20origem%20da%20pichacao%20remonta,nos%20muros%20dos%20prédios%20públicos>

⁸[https://www.theartstory.org/movement/street-art/history-and-concepts/#:~:text=Contemporary%20\(or%20hip-hop,of%20the%20aerosol%20spray%20can.](https://www.theartstory.org/movement/street-art/history-and-concepts/#:~:text=Contemporary%20(or%20hip-hop,of%20the%20aerosol%20spray%20can.)

⁹ também conhecida como tag reto e costumeiramente grafada como “pixo”

¹⁰ <https://memoriasdeditadura.org.br/obras/pichacao-abaixo-ditadura-1968/>

¹¹ O Movimento Hip Hop é formado pelas expressões da dança: através do break e do street dance, da música com o Rap e as tradições de DJ's e MC's e da expressão visual com o Grafite, que aqui no Brasil se desdobra com a pichação.

Unidos cuja grafia *graffiti* costumeiramente refere-se às duas manifestações estéticas.

Figura 6 - Abaixo a ditadura



fonte: jornal Manchete¹²

A prática é considerada vandalismo e crime ambiental, nos termos do artigo 65 da Lei 9.605/98, que em 2011 sofreu alteração descriminalizando o ato de grafitar e proibindo venda de tinta spray para menores de 18 anos. A alteração foi sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, conforme texto abaixo:

LEI Nº 12.408, DE 25 DE MAIO DE 2011.

Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do

¹²publicada no livro “68: a paixão de uma utopia” de Daniel A. R. Filho e Pedro de Moraes. Autoria não identificada. Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/obras/pichacao-abaixo-ditadura-1968/abaixo_a_ditadura-2/
Acesso em 15/05/2022

tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos, e dá outras providências.

Art. 2º Fica proibida a comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol em todo o território nacional a menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 3º O material citado no art. 2º desta Lei só poderá ser vendido a maiores de 18 (dezoito) anos, mediante apresentação de documento de identidade.

Parágrafo único. Toda nota fiscal lançada sobre a venda desse produto deve possuir identificação do comprador.

Art. 4º As embalagens dos produtos citados no art. 2º desta Lei deverão conter, de forma legível e destacada, as expressões “PICHANÇA É CRIME (ART. 65 DA LEI Nº 9.605/98). PROIBIDA A VENDA A MENORES DE 18 ANOS.”

Art. 5º Independentemente de outras cominações legais, o descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às sanções previstas no art. 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 6º O art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

§ 1º Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa.

§ 2º Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.” (NR)

Art. 7º Os fabricantes, importadores ou distribuidores dos produtos terão um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após a regulamentação desta Lei, para fazer as alterações nas embalagens mencionadas no art. 2º desta Lei.

Art. 8º Os produtos envasados dentro do prazo constante no art. 7º desta Lei poderão permanecer com seus rótulos sem as modificações aqui estabelecidas, podendo ser comercializados até o final do prazo de sua validade.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF

José Eduardo Cardozo

Fernando Damata Pimentel

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Anna Maria Buarque de Hollanda

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.5.2011

Apesar do reforço na proibição e endurecimento de pichações em patrimônios tombados, nos anos seguintes, pouco após o endurecimento das proibições, durante atos contra o aumento da tarifa que catalisaram uma série de revoltas da massa, contra leis e atos específicos por todo o território nacional, o picho foi novamente ferramenta de repúdio, denúncia e convocação para manifestações populares por diversos grupos sociais.

Figura 7 - Pichação em Clínica de Maceió



*fonte: G1 Alagoas*¹³

Figura 8 - Bandeirantes Assassinos

¹³ Autoria da foto: Fabiana De Mutiis Disponível em: [Clínica em Maceió confecciona faixa para criticar pichações em protesto | Alagoas | G1](#) Acesso em 15/05/2022



fonte: G1 São Paulo¹⁴

São exemplos da resistência da pichação, mesmo em face da criminalização, como ferramenta comunicacional. Surge como meio de protesto eficaz e prático e segue nesse mesmo caminho ao longo dos anos. É preciso ressaltar que seu desenvolvimento multidimensional, que agrega outros aspectos como o “código secreto”, ou seja a estilização específica que torna a leitura de difícil compreensão às pessoas externas aos grupos de pichadoras e pichadores, são um outro aspecto de comunicação e codificação de protestos, que não são aqui enfoque. Paula Gil Larruscahim e Paul Schweizer apresentam que: “Embora a pichação não tenha necessariamente conteúdo político explícito, a imagética por ela produzida já é por si uma forma de dar visibilidade às desigualdades sociais. (2015, p.109)

Movimentos feministas, assim como outros movimentos sociais, vêm se apropriando da oportunidade de uma manifestação com possibilidade de anonimato e grande impacto estético para reivindicarem seus direitos e registrarem suas mensagens diversas. Um dos exemplos de uso do picho dentro das pautas e movimentações feministas, do que foi nomeado pelos meios de comunicação de massa e depois reconhecido por pesquisadoras e pesquisadores do tema como “Primavera Feminista” ocorrida em 2015 como frente direta de enfrentamento do resgate de valores moralistas, e principalmente o levante de mulheres em

¹⁴ Pichação no Monumento às Bandeiras em São Paulo, realizado durante manifestação contra PEC 215 que pretendia tirar do governo federal a autonomia sobre a demarcação de terras indígenas. Autoria da foto: Marcelo Mora Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/manifestantes-jogam-tinta-vermelha-no-monumento-bandeiras.html> Acesso em: 15/05/2022

protesto ao Projeto de Lei Lei 5069/2013 encabeçados pelo então deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da câmara dos deputados e um dos líderes da chamada bancada evangélica que pretendia retroceder nos poucos direitos garantidos nas exceções em que nossa legislação permite o aborto.

Figura 9 - Se o papa fosse mulher o aborto seria legal



Fonte: Revista Veja¹⁵

Em “Do lar às ruas: pixo política e mulheres”, parte da coletânea “Direito à cidade: uma visão por gênero”, Dayse Porto, Luana Xavier Pinto Coelho, Maria Eugênia Trombini e Rafaela Pontes de Lima ao apresentar um pouco do debate sobre a ocupação das ruas pelas mulheres de diversas formas na tentativa de demolição da ideia de homem/espaço público e mulher/espaço privado e sua relação com a pichação apresentam que:

“O controle, a vigilância e a criminalização do uso do espaço público tem sido o tom na propagação bem sucedida da cultura do medo e dos processos de higienização fundamentados na ordem e segurança pública. Espaços privados cada vez mais fortificados de um lado e, de outro, vigilância e controle high-tech nas ruas. A cidade cresce segregada e privatizada, os espaços públicos controlados. Mas onde há repressão, há insurgência, e o espaço público, arena da democracia urbana, é disputado através de várias linguagens e manifestações. Pinta-se um muro de branco, emudece o povo, ele volta a gritar. Da marginalidade e trazendo uma comunicação insurgente, o pixo disputa a narrativa urbana, provoca a política de controle e escancara contradições.”(2017, p.68)

O uso deste espaço público de maneira subversiva, ou seja, que visa a transformação ou a derrubada da ordem vigente, apresenta comumente a evocação de um critério moral acima do político. O que é sujo e o que é limpo ou o que é belo e o que não é. Refletido mesmo na edição de 2011 da lei 9605/1998, no que tange a descriminalização somente do grafite, que consistiria em uma intervenção urbana autorizada e que se baseia na lógica de

¹⁵Autoria da foto: Cris Faga Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/catedral-da-se-e-pichada-apos-to-contra-projeto-de-cunha/>

possuidores da cidade, sendo o aparelho burocrático do Estado ou o proprietário privado.

Essa não-autorização do patrimônio exerce um lugar de hierarquização do poder onde uma pequena parcela delimita quem pode ou não se manifestar e como, ao que o rapper mineiro FBC responde em sua música “meus amigo pixador”: “Minha tinta é unguida com fogo/E com fogo não há quem possa/Pixei seu muro na parte de fora, tia, da rua que é nossa”. Com esse trecho o artista levanta o argumento que a pichação acontece no espaço público, portanto coletivo, que pertence ao grupo da cidade e não a pessoas em particular e o pichar é uma manifestação subjetiva desta reivindicação.

Enxergar a pichação como ferramenta de produção, de observação de novos repertórios simbólicos passou por tentar ultrapassar os limites duais entre conservado x depredado, limpo x sujo e avançar para de certa forma aceitar a intervenção e daí pensá-la como algo que ocupa um espaço que de certa forma estava vazio, ou colocar palavras no silêncio. Passa também por dispensar um órgão ou instância reguladora que vá dizer quais são essas palavras e como podem ser manifestadas. Têm de certa forma um caráter anárquico considerando que passam por cima do Estado e de determinadas normas sociais para colocarem na rua suas ideias.

A criminalização, e condenação moral, da pichação por diversas instâncias da sociedade, principalmente através de discursos construídos pela mídia amparados pelo aparelho estatal, associam arbitrariamente toda e qualquer forma de picho com violência, vagabundagem e vandalismo de forma a silenciar essa forma de expressão que é principalmente ligada às juventudes e a periferia, passando por marcadores de classe e raça. O silenciamento de camadas sociais oprimidas em suas reivindicações se apresenta como forma desarticulação e marginalização de demandas a fim de automaticamente deslegitimar ou atribuir invalidade a elas ou a forma como são feitas, em busca de enfraquecimento automático da construção de uma agenda das ruas.

A antropóloga Veena Das nos conta, em “Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos” que a violência pode possuir limites de representação, neste texto, contextualizada no pós Partição da Índia em uma família Punjabi¹⁶ específica, mas que aplicando na construção dessa pesquisa colabora com a consolidação da noção de rompimento

16 O Estado Punjabi surge após a partição da Índia em 1947 e fica na parte noroeste do país fazendo fronteira com o Paquistão.

com as barreiras do vazio, resistência e esgarçamento das representações de vivências diversas na cidade.

O silêncio pode se apresentar como uma medida protetiva à primeira vista, como uma ideia inicial de que se certo comportamento, fala, experiência não for compartilhada ela mais facilmente possa desaparecer ou ser ignorado de forma a não se repetir. O silêncio às vezes também se apresenta como uma maneira de reagir ao indizível, como se o choque de algo não fosse possível de ser transmitido em palavras. Mas a exposição de traumas individuais ou coletivos, o compartilhamento de pensamentos e sentimentos possui sua própria potência e agência no indivíduo e suas coletividades pertencentes. A oportunidade da fala, ou da escrita, sem assinatura, com a possibilidade de não acontecer uma identificação e um consequente julgamento de moral. A manifestação com uma liberdade possível rara em outros meios e plataformas de comunicação.

O não silêncio, a ocupação textual de ambientes públicos e privados de grande circulação caminha de encontro com não permitir que vivências, que incluem aí as violências, sejam apagadas ou ignoradas. Há uma tentativa latente de se fazer ver por muitos, que foca principalmente na mensagem. A transgressão das regras, estéticas e disciplinas vigentes constrói um espaço de vandalismo e marginalidade na criação imaginária do que é o pichador. Para Luciano Spinelli, comunicador social e sociólogo:

A marginalidade no pichador é perceptível sob diversos aspectos. No âmbito jurídico, o pichador é marginal quando a prática da pintura urbana pode levá-lo à delegacia, assim como a responder processos. Não é de praxe prender quem picha e grafita a cidade, sendo que as penas aplicadas sejam compostas por, em geral, multa e trabalhos comunitários. No aspecto físico, o corpo do pichador é marginalizado quando ostenta sinais da atividade, como roupas e mãos sujas de tinta. O pichador pode também ser alvo de violência física, quando na mira de tiros disparados por moradores indignados com “esses marginais”, ou da violência policial, se preso durante a ação na madrugada da cidade. No sentido moral e cultural, a sociedade não observa com bons olhos o jovem que picha, é visto como delinqüente, e também é alvo de fofoca na vizinhança e objeto de preocupação dos pais com a desvalorização dos “bons costumes”. Finalmente, a geografia urbana põem à margem muitos pichadores que rumam para o centro no intuito de deixar suas marcas. (2007,p.115)

Quando a pichação se propõe à transgressão, ao não-lugar, ela desafia o “bom senso”, a moralidade, a propriedade, valores herdados compulsoriamente ao longo da história do chamado Ocidente. Não é pintura, não é literatura, nem arte, ao menos não de maneira hegemônica, pois há debates diversos sobre estas classificações. Se coloca muito mais no lugar do não ser do que no lugar do que se é, negando a definição que se encontra no senso comum, uma fuga da rotulação. A própria lógica da assinatura das paredes a partir pseudônimos, de maneira em que há simultaneamente a autoidentificação e o anonimato, desafia uma lógica de individualidade de modo em que quando se lê um nome na parede é

difícil saber exatamente se se refere a um indivíduo ou a um coletivo, isso quando a própria decodificação do que está ali marcado é possível.

Borrados estão os limites entre público e privado, entre exposto e escondido, entre indivíduo e coletivo. A própria dimensão de sujeito e os marcadores sociais da diferença que perpassam a pichação ainda não possuem uma codificação social comum. Há uma superexposição da imagem, que se apresenta em fachadas, monumentos, muros, e o mistério: da própria mensagem, da sua motivação, da sua autoria.

Todos esses processos de negação e reivindicação, o ser ou não ser, estar ou não estar, se mostrar e estar anônimo são algumas das fissuras e esgarçamentos que tornam uma prática aparentemente simples tão cheia de nuances e pontos de tensão em termos sociológicos. O que traz desafios para refletir sobre as relações sociais que se produzem a partir de, e são produzidas em torno da pichação. Seja como ferramenta dos movimentos sociais, dos partidos políticos, das milícias urbanas ou dos grupos mais independentes, se atravessa fronteiras semânticas e geográficas, antropológicas, sociológicas, mas sem chegar exatamente ao outro lado.

O direito ao olhar (MITCHELL,2015) aqui poderia de confundir, se unir, cruzar, se movimentar com o direito à cidade (LEFEBVRE,2001; Harvey,2012), criando não apenas uma ação de olhar, de deixar de ser apenas olhado, mas de pertencer ao urbano contrariando somente existir dentro da cidade passivamente respeitando suas dinâmicas. A intervenção teria então a possibilidade de transformar sujeitos passivos da cidade em agentes ativos. Aqui essas encruzilhadas ainda abraçam o gênero como parte de sua construção semântica.

O feminismo tem como prática, desde os grupos reflexivos da chamada segunda onda¹⁷, o olhar para o que se torna apagado pela rotina ou pela impressão de casualidade como ferramenta de mobilização. O mote do pessoal como político e a lógica de compartilhamento de experiências e emoções para evidenciar responsabilidades coletivas e estruturais no que muitas vezes se transmuda ao olhar destreinado como algo comum, esporádico ou pertencente à lógica de uma ou outra pessoa. Colocando-as como razões pessoalizadas quando são políticas e pertencentes muitas vezes a um sistema de opressão.

Olhar para a cidade através de uma lente de busca de pertencimento enquanto mulheres possibilita unir esses questionamentos sobre a percepção do feminino na urbanidade

17 A segunda onda do feminismo é compreendida principalmente como o período de movimentações feministas que se inicia na década de 1960 nos Estados Unidos da América e se espalha principalmente no ocidente, prega a liberação das mulheres e sua união e no Brasil é sentido principalmente na década de 1970 com a retomada democrática,

como o *outsider within* de Patricia Hill Collins, inspirada nos escritos de Simmel e bell hooks¹⁸, ou seja, quem está dentro mas não pertence completamente por não possuir os mesmos direitos de existência naquele espaço. É essa a fresta que nos possibilita esgarçar as relações de gênero através da leitura de pichações.

Ainda em diálogo com Collins, há por parte da feminista negra a ideia de que grupos de *Outsiders Within* como de feministas negras na Sociologia, e outros grupos histórico-socialmente excluídos inclusive das produções intelectuais são possibilitados de pontos de vista outros, que vêm interações e relações que muitas vezes passam despercebidas por pesquisas que parte de uma lógica hegemônica de compreensão de mundo. A metodologia feminista empregada aqui espera também encontrar e visibilizar essas narrativas que muitas vezes ficam ocultas em lógicas mais ortodoxas de pesquisa.

Em 2016 o artista plástico goiano Siron Franco realizou uma “arte protesto”, como foi chamada em entrevista para o jornal opção¹⁹, nas paredes do instituto Rizzo, localizado no centro de Goiânia. Foram estampados dados oficiais da violência contra a mulher em tinta vermelha. A obra foi inclusive um dos cenários do clipe musical de “Resistência” da rapper goianiense Luz Negra lançado em 14 de agosto de 2019. E é um exemplo visual de que os parâmetros da ilegalidade que cercam o picho parecem estar muito mais ligados à burocracia do que a estética. Aqui como exemplo a obra deixa de ser vandalismo e passa a arte de protesto devido a autorização do uso do espaço privado e certamente ao peso dado à assinatura da obra por um artista reconhecido no cenário nacional. Parece confirmar a tese de que o picho - e o estêncil, que conversa muito com essa primeira maneira de intervenção- são marginais e quando há uma apropriação de sua técnica em meios legais ocorre também uma resignificação ou renomeação para torná-los palatáveis, autorizados, corretos.

Figura 10 - Resistência

18 O nome da autora é grifado em minúsculo por uma escolha da mesma que se declara duplamente diminuída enquanto mulher e negra.

19 disponível em:

<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/artista-plastico-escancara-a-violencia-contra-a-mulher-em-predio-de-goiania-67353/> acesso em 25/05/2022



fonte: YouTube Brasil (captura de tela) ²⁰

Apresenta-se mais um ponto: quem tem o direito de produzir e onde. Em “Pixação: A arte em cima do muro”²¹ Luiz Nascimento afirma que “Ela [a pichação] é legitimada quando serve à razão instrumental da sociedade contemporânea, na qual até mesmo a arte deve possuir valor de mercado”(2018,p.36). O autor afirma que estampada em camisetas e tênis de marcas de grife, que causam grandes impactos ambientais, ela é aceita e até desejada. Mas nos muros, mesmo que gaste menos tinta e menos espaço e cores que o grafite ou as propagandas e outdoors, que são autorizados, se configura como crime ambiental. O que apresenta o processo mais como uma definição baseada em um certo imaginário que perpassa a pichação, fundado em dimensões de classe, raça e gênero e que associa a prática a subjetividades indesejadas.

Em uma sociedade capitalista, a opressão e a consequente subordinação fazem parte da construção dos pilares do funcionamento do sistema. A pichação se torna muitas vezes sintoma de indivíduos ou grupos que estão insatisfeitos com determinados processos que ocorrem consigo ou com os demais na sociedade e se recusam a se calar sobre o assunto, tomando algum poder para si. Esse poder pode se apresentar na forma de demarcações territoriais de grupos paramilitares, que insatisfeitos com suas condições de vida tomam para si o controle de determinados locais de modo autoritário e muitas vezes violento. Pode se apresentar também enquanto denúncia a insatisfações múltiplas: sobre injustiças do Estado, negligências, insatisfações com personalidades públicas ou com o espaço socialmente delegado à essas pessoas, por exemplo.

O não silêncio, a falta de conformismo é capaz de gerar grande incômodo pois

²⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZQjR7w_b2iM Acesso em: 20/05/2022

²¹ Aqui grafada com “x” e referindo-se ao contexto da cidade de São Paulo.

escancara problemas que interessam a governantes e setores privilegiados da sociedade que permanecessem escondidos sob uma falsa noção de ordem e postura acomodada. Gostariam de usar a tinta para esconder a tomada de direitos e não para evidenciá-la. Esses discursos, caso se tornem ferramentas ou sintomas de articulação podem ameaçar o lugar de poder de algumas dessas pessoas e por isso há a tentativa frequente de que sejam erradicados, ou apropriados pelo sistema, como vem sendo articulado por grandes marcas na estética de roupas de grife.

Durante a apresentação de um trabalho derivado desta pesquisa, um interlocutor me perguntou: “Seria o grafite uma maneira de retirar os jovens do caminho da pichação?”. Derivações dessa pergunta apareceram para mim diversas vezes quando conheci em termos gerais minha linha de pesquisa. Mais do que a frase em si, ela costuma vir acompanhada de um tom semelhante à quando se fala de drogas ou de criminalidade. O grafite parece ter se tornado alguma entidade salvadora para jovens perdidos na marginalidade do picho.

Há um valor comercial dado para o grafite,²² uma valorização, que foi construída com mobilização dos próprios grafiteiros e luta pelo reconhecimento artístico, mas também pela capitalização da pauta para uma certa moralidade descolada ao se falar de intervenção urbana, como se os meios legais dissessem “olha só, não temos problemas com vocês se expressarem, valorizamos o grafite e até incentivamos mas é que a pichação não presta”. O critério parece muito mais ligado ao lucro do que a qualquer outro processo como acontece com a liberação de shows de rappers e trappers renomados em espaços públicos ou em festivais apoiados pelo Estado enquanto há o envio de batidas policiais para pequenas batalhas de rap mesmo em frente a autorização documentada do próprio Estado.

²²<https://www.goiania.go.gov.br/prefeitura-de-goiania-promove-artistas-goianos-em-espacos-publicos-da-cidade-por-meio-do-grafite-e-pinturas/> acesso em 08 de julho de 2022

2.1

LEITURAS

URBANAS

A inserção em um campo de pesquisa demanda sempre o reconhecimento daquilo que já foi construído anteriormente. A captação das ideias debatidas, as concordâncias e as críticas. Há uma grande responsabilidade quando se produz conhecimento científico especialmente em temas que envolvem tanta subjetividade e processos de criminalização. Buscando construir resultados bem alicerçados a leitura do que foi produzido, especialmente em minha instituição de origem, foi um passo fundamental.

Na Universidade Federal de Goiás, os trabalhos relacionados ao tema encontrados foram: “Pichadores de rua, territorialidades urbanas em conflito: territórios (in)visíveis de Goiânia”, dissertação de José Renato Mason (2005), pelo programa de pós graduação em geografia; “Sujeito e performance: a emergência do corpo inscrito em enunciados tridimensionais”, de Luana Alves Lutterman, tese de doutorado pelo programa de Pós Graduação em Letras e Linguística (2014); “Intervenções clandestinas”, dissertação de Paul Cezanne Souza Cardoso de Moraes, pelo programa de pós graduação em Arte e Cultura Visual (2014), além da pesquisa de Doutorado sendo desenvolvida por Thaisa da Silva Ferreira defendida em abril deste mesmo ano (2022) a tese de doutorado “Pixação na cidade de Goiânia: criminalização e punição da juventude” pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia.

Destaco aqui a produção científica de Giovanna Silveira Santos, que não enfocando na Pichação, mas se debruçando sobre o Movimento Hip Hop, vem desde a graduação produzindo sobre o tema com a monografia Museologia Comunitária e Memórias Exiladas: Contribuições para a Musealização da Cultura Hip Hop (2017), a dissertação intitulada: "Contranarrativas periféricas: o movimento Hip Hop como agente de memórias" defendida em 2021 no âmbito do PPGAS - UFG e já citada anteriormente e o doutorado em andamento no mesmo programa. Trabalhos de peso no assunto com perspectivas críticas de gênero e que me inspiram desde a graduação.

O campo científico elaborado , do mesmo local geográfico no qual me encontro, mesmo que com certeza divergindo em temporalidades e subjetividades, são onde mergulho mais profundamente. Reconhecendo primeiramente que a produção do conhecimento acadêmico é impossível na individualidade e portanto cada um desses trabalhos têm leitura coincidentes com as minhas, mas também para tentar focalizar o olhar nesse mar de tinta.

Buscando uma cronologização dos estudos para melhor contextualização do campo iniciemos com a dissertação de José Renato Mason O autor coloca a pichação como legenda de marcação de territórios em Goiânia. Foca principalmente nas disputas entre as torcidas

organizadas de futebol: TEV (Torcida Esquadrão Vilanovense) e FJG (Força Jovem Goiás). A observação foi também em relação a grupos de bairro, o MGC (Moleques Grafiteiros do Crímeia), BF (Bairro Feliz) e UPS (União dos Pichadores Skatistas). O autor chama esses grupos de “galeras” (MASON, 2005). A Geografia humanista é o suporte metodológico adotado para análise do tema “pichadores de rua em Goiânia”. Neste processo de análise, alguns conceitos destacados pelo autor que permeiam todo o trabalho são: identidade, território e territorialidade, com diferenciação conceitual de ambos destacada.

O autor opta por dividir o trabalho em uma primeira parte em que revisa a bibliografia e articula os conceitos que evoca, localizando-os no tempo e no espaço; e em uma segunda parte, mais empírica, baseada em suas observações e entrevistas semi estruturadas com o que ele denomina sujeitos pichadores. Um dos fatores que observei interessantes neste trabalho em relação ao que aqui executo é que algumas das entrevistas foram realizadas via *messenger*, ou seja, utilizando ferramentas de redes sociais, de comunicação via internet. Sendo um trabalho de 2005, e com outros formatos mesmo das redes sociais digitais, é algo que reflete de maneiras diversas sobre o acesso a interlocutores e que recebe um peso de recepção diferente ao ser analisado por mim durante uma pandemia, cuja principal forma de controle de danos, de evitar o contágio, é o isolamento social, o que migra forçosamente muitas das relações para o terreno digital.

Há, logicamente, a paramentação de estudos anteriores e a realização de sua própria análise da pichação enquanto ressignificação e representação da cidade, subversão da urbanidade como ela é apresentada através de uma simbologia própria. A narrativa histórica adotada aqui sobre o surgimento da pichação é a que coloca os EUA dos anos 1970, mais especificamente o Bronx em Nova York, como seu primeiro cenário. Segue com a ideia de que no Brasil ela surge nos anos 1980. Utilizo palavras como adotada e ideias, pois não há consenso e a demarcação dessas próprias diferenças de surgimento no mundo e no Brasil causam impacto na leitura e escrita do campo.

Apresentando depoimentos e fotografias com as iconografias dos grupos, o foco dentro da pichação nesse caso é principalmente das codificadas para leitura “interna” dentro das próprias galeras, com poucos símbolos, como as siglas de identificação, que são de mais fácil compreensão. Este primeiro trabalho coloca o picho como categoria central para análise das relações territoriais observadas e elucida sua localização em Goiânia, se colocando dentro da cidade e pensando nas marcas como divisoras de espaço.

Por entender o picho como ponto de partida para análise das relações estabelecidas

pelos agentes através e a partir da ocupação do espaço urbano e da demarcação de territórios que derivam ou são derivados de outras disputas que envolvem inclusive a violência física é um exemplo para pensarmos nas relações que se formam na cidade e como podemos ter nas intervenções uma forma de registrá-las para as pessoas que utilizam desta ferramenta, mas que também podem ser formas de percepção destes territórios marcados para quem é externo aos grupos.

De minha própria experiência, um exemplo foi ter crescido em um território marcado por pichações da Torcida Esquadrão Vilanovense, o que ficava aparente com as escritas TEV em diversos muros da região, principalmente em tinta vermelha e durante a minha adolescência uma parte deste território foi disputada pela Força Jovem do Goiás portanto o TEV era riscado naquele mesmo espaço e escrito em algum lugar próximo FJG. De maneira semelhante onde moro atualmente, na fronteira entre Goiânia e Aparecida de Goiânia, na extensão do Jardim Bela Vista, têm crescido os pichos referentes ao Comando Vermelho como “CV” e “TD 2” explicitando uma apropriação do bairro pelo grupo paramilitar. Com a leitura deste trabalho é possível classificar melhor essas pichações e contextualizá-las no cenário urbano.

José Renato foi meu professor de geografia no ensino médio em, 2013 e em 2015, me recordo de compartilhar em sala de aula, não exatamente com essas palavras, que a pesquisa marcou o seu jeito de ver a cidade, os territórios marcados, e foi algo que me marcou enquanto sujeito e me fez ter maior interesse pelas marcações e tentar decifrar os códigos. Me fez olhar para as inscrições no banheiro feminino de outra forma, como se eu pudesse traçar as divisões que elas pudessem fazer. Ressignificar as pichações, sair do olhar que a mídia nos apresenta veio muito deste espaço e o processo se aprofunda com o estudo do trabalho.

Luana Alves Luterman trabalha corpo e performance analisando a manifestação imagética em superfícies tridimensionais diversas, a cultura visual em múltiplos suportes. A pichação, colocada principalmente em oposição, em comparação, ao grafite é citada algumas vezes. No capítulo sobre a exposição *Vertigem*, dos grafiteiros conhecidos como “Os gêmeos”, a autora apresenta que:

“a diferenciação conceitual entre pichação e grafite está na qualidade artística da primeira expressão, não considerada artística, e do valor ético, legal, que legitima como arte o grafite, com presença autorizada em repartições públicas e/ou instituições privadas.”(LUTERMAN,2014, p. 150).

Há uma grande diferença entre os interesses e os pontos feitos nessa pesquisa em relação à anterior, o que mostra que há uma plurivocalidade e uma múltipla possibilidade na

pichação enquanto prática. Dos seus aspectos de marcação territorial, construção gráfica passando por potenciais políticos ou identificações possíveis. São alguns dos pontos focais que vão se colocando com a leitura dos trabalhos da área.

O debate evocado pelo texto em questão perpassa por temas como o limite da liberdade discursiva em sua produção e acesso, mesmo que analisando uma multiplicidade de construções simbólicas, o que é algo muito caro ao campo do picho. Da citada produção me é de especial interesse a percepção da relação entre corpo, e mais de corpo em movimento, com a produção de discursos e textos envolvendo a tridimensionalidade e as relações entre corpos e sujeitos abordando a pichação com algo que transcende os limites até mesmo da arte contemporânea.

É um questionamento levantado constantemente no campo, na medida em que uma manifestação estética subversiva se assemelha à arte contemporânea no que diz respeito ao conceito como parte importante da obra e se manifestando através da estética apresentada no produto final. O debate sobre o pertencimento ou não à categoria de arte não me é algo central neste trabalho. Entendendo que há discordância entre os próprios praticantes dessa expressão, não me interessa particularmente em conceituar pichação entre os limites artísticos.

Esse certo “desinteresse” vai em encontro à ideia de pensar qual o real impacto deste encaixo semântico no olhar que eu lanço sobre o processo da intervenção urbana. Quando penso em pichação e como a prática pode afetar a cidade, em especial as mulheres que circulam na cidade e se deparam com mensagens feministas marcadas nas ruas, a definição da prática enquanto movimento artístico ou não têm pouco impacto em minhas observações, é o caráter comunicacional, a possibilidade de levar uma mensagem à alguém e não exatamente a definição do que seria essa comunicação estão no centro da análise realizada.

Em “Intervenções Clandestinas”, Paul Cezanne Souza Cardoso de Moraes, artista visual, apresenta logo em sua capa uma fotografia de sua autoria, na qual uma parede de azulejos brancos encontra-se pichada em cores variadas no que parecem ser materiais como spray, canetão e tinta. O autor parte dos estudos de cultura visual para analisar o que ele nomeia “intervenções clandestinas”, as pichações, em ambiente escolar, produzidas por discentes. A trajetória aqui foi de análise do seu próprio ser anterior, em idade escolar, como produtor das intervenções e ao olhar para essa escola onde estudava acolhê-la como campo de pesquisa.

Esta pesquisa em particular me fez olhar novamente para um espaço onde me encontrava muito inserida em termos de ação e de ligação afetiva, meu próprio espaço de inserção “escolar”, no caso a Universidade Federal de Goiás. Este despertar semântico fez com que eu fosse levada a várias reflexões como: como eu me sentia quando via uma pichação ao meu redor? E quando havia ali uma mensagem de cunho feminista? Houve algum impacto na minha existência no espaço da universidade? Todas essas perguntas foram importantes para afinar os rumos aqui pretendidos.

Logo no início deste trabalho já há um posicionamento demarcado do autor em relação a como enxerga as intervenções em ambiente escolar e como escolhe lê-las e analisá-las:

Esta pesquisa funda-se na resistência, nas visualidades ilegais, no simbólico, quando um aluno decide marcar ilegalmente a escola para dizer: “Eu resisto!”. Resistir implica ação do sujeito atento ao percurso do poder que permeia camadas normativas. É enxergar que as relações de poder não se tratam simplesmente de estar posto ao sujeito, elas são exercidas pelo e para o sujeito. Entretanto seu exercício não designa atitude pejorativa: designa em primeira instância necessidade de tê-lo, pois o poder é produtivo. (MORAES, 2014, p.15)

A escola na qual o autor realizou sua formação básica e que é o cenário do desenrolar das trajetórias analisadas e narradas. Localiza-se na fronteira entre Goiânia e Aparecida de Goiânia, município da região metropolitana. A positividade da pesquisa fica bem destacada, já que Paul Cezanne se reafirma em sua própria voz passada de estudante e ainda na categoria de sujeito pichador taxado enquanto vândalo e depredador. Dialoga constantemente quem ele se reconhece no presente, no passado e como isso promove identificação e empatia com os demais agentes-sujeitos de sua análise, tendo a percepção da passagem tempo como fator de peso em todo esse processo.

Uma observação do autor foi a de que as intervenções autorizadas e não autorizadas na escola costumeiramente tinham a mesma autoria. Cartazes, atividades visuais propostas pelo corpo docente, eram solicitadas aos mesmos discentes que realizavam as pichações no mesmo espaço. Para a análise desses processos observados de “indisciplina” e “desafio das relações de poder”.

Na realização das entrevistas, ele deixa evidente sua vontade de escuta para que as vozes dos sujeitos tivessem tanta ressonância quanto a sua própria de pesquisador, ou o mais próximo possível, sempre colocando as respostas como opcionais e o anonimato como parte inegociável. Nessa relação que se construiu, ele relata ter sido percebido como um pichador mais velho pelas histórias de suas intervenções na rua e participação de gangue que ainda existia na região. Ao ser identificado como pertencente àquele grupo, os próprios pichadores

o buscaram, propondo atividades conjuntas e se revelaram não para o sujeito pesquisador mas a alguém que não era estranho e sim um *deles*.

Aqui, a identificação se apresenta como um processo formador de relações e discursos. Neste caso, dos próprios pichadores para com o pesquisador, que percebiam como sendo um deles em outro momento e por isso portador de um certo legado. Na minha própria colocação enquanto pesquisadora isso perpassa por me sentir motivada pela identificação gerada ao ler determinadas frases nos muros e como isso guia minha deriva e compreensão do contexto urbano.

A identidade é tema comumente evocado nos trabalhos. Desde a caracterização de vestimenta, às gírias e códigos dos grupos. Seus locais de encontro, as músicas que ouvem. Há a construção de uma galera, comunidade, coletivo de alguma forma. Esses processos são analisados e comunicados em trabalhos observando homens jovens. Não foram encontrados trabalhos que analisassem neste sentido coletivos de mulheres ou grupos mistos. Levanto então o argumento de que é possível gerar essa identidade coletiva entre mulheres na leitura dessas imagens e mensagens escritas. A ocupação daquele espaço com pautas de mulheres seria como um fragmentado grupo reflexivo no qual uma experiência ou ideia individual é manifestada e se tem a possibilidade de pensar sobre.

Dos diversos trabalhos de Giovanna Silveira Santos, me debruço neste momento sobre um artigo que me é especialmente caro na produção deste trabalho. O texto, que foi publicado na revista “Humanidades e Inovação”, na edição especial “Epistemologia e Feminismos negros”, foi intitulado: “Movimento Hip Hop: Masculino e Masculinizado?” (SILVEIRA, 2019). Apresenta argumentos sobre a performatização de masculinidades por parte de mulheres e homens no hip hop, aqui especialmente no rap, e aprofunda na questão de que não é a ausência das mulheres, mas a invisibilização dessas existências, ou ao menos um certo abafamento histórico. As mulheres estiveram presentes no surgimento e ao longo da história do movimento. Seguem presentes. Mas têm suas histórias pouco contadas e suas produções pouco divulgadas, o que acarreta em uma impressão de ausência. São muitas vezes lembradas apenas em eventos temáticos e sua presença às vezes é vista como ataque a presença de homens que precisam estar em menor número para que elas estivessem em maior.

Mesmo que com foco menor na pichação em si, as provocações lançadas cabem muito bem na maior parte dos ambientes masculinizados. O apagamento da presença das mulheres nesses espaços não seria ainda maior que a ausência delas? Quando retomamos essas presenças simbólicas ou destacamos os discursos envoltos nas pautas, e aqui ressalto as

feministas, a tentativa é também de evocar memórias antepassadas e registrar presença dessas vozes para que o apagamento deixe de ser regra.

Os trabalhos produzidos em outros estados também foram inspiração e embasamento para a construção deste. Há dois autores costumeiramente citados nas bibliografias sobre os temas e inclusive nas pesquisas citadas até agora: Alexandre Barbosa Pereira e Gustavo Lassala Silva, ambos analisando o cenário da cidade de São Paulo; e David da Costa Aguiar de Souza, estudando a cidade do Rio de Janeiro são alguns dos autores mais citados em trabalhos sobre pichação.

Em sua dissertação pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), Alexandre produziu o trabalho: “De rolê pela cidade: os pixadores em São Paulo”, defendido em 2005. Ampliou o debate em sua tese: “A maior zoeira: experiências juvenis na periferia de São Paulo” defendida em 2010. É um dos exemplos no cenário nacional de que os estudos da pichação estão, de certa maneira, associados aos estudos de juventude. Com foco nesse marcador social acompanha os percursos pela cidade e apresenta o picho como precursor de caminhos pela cidade pelos próprios pichadores e de encontros para ações de intervenção e de troca de histórias e assinaturas.

Gustavo Lassala, por sua vez, defendeu a dissertação: “Os Tipos Gráficos da Pichação: Desdobramentos Visuais” pela Universidade Mackenzie no programa de Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura, também em 2005. Lassala percebeu uma necessidade de estudo sobre a pichação de maneira mais particular, desvinculada das demais manifestações do Movimento Hip Hop, que era como se delineou a maioria dos estudos até aquele momento. Sua análise tipográfica sobre a prática possibilitou olhares sobre as entranhas estéticas da manifestação, para além de uma marca de vandalismo ou violência. Trouxe para a cientificidade um olhar estético que permite ser aliado de estudos da sociologia, antropologia e afins. Seu estudo é muito concentrado ao tag reto, o pixo, aqui com x mesmo, produzido com foco na cidade de São Paulo e que para ele possui uma riqueza tipográfica, pensando enquanto designer.

Dando continuidade a seus estudos em 2010 publica “Pichação não é pixação: Uma introdução à análise de expressões gráficas urbanas” pela Altamira Editorial e neste trabalho se debruça a tipificar as variadas intervenções urbanas, grafite, bomb, lambe, rtc, e defende a diferença do picho para o pixo, sendo justamente este segundo caracterizado pela tipografia do tag reto com letras mais compridas e estreitas em ângulos retos.

O esforço em delimitar as diferenciações entre as manifestações urbanas que se vê pelas ruas colabora na elaboração de observações e na leitura das mesmas. Principalmente no que diz respeito a perceber que embora seja muitas vezes apresentada como rudimentar e quase acidental a estética da pichação têm técnica e intencionalidade. Se propõe a algo inerente a como se apresenta o que permite gerar impactos visuais diferentes quando se pensa por exemplo no uso de várias cores ou no monocromático, em letras “chapadas” como o que conhecemos na pichação, ou em maior espessura e volume das letras como no “bomb”.

David de Souza Aguiar, com o trabalho: “Pichação carioca: etnografia e uma proposta de entendimento”, de 2007, aponta uma metodologia etnográfica para o que ele classifica como seu objeto: “os garranchos inteligíveis”. Ele define de maneira bem organizada a faixa etária, de 14 a 20 anos; o gênero, predominantemente masculino; bem como hábitos, aspectos e os objetivos aparentes da prática. Levanta o importante debate sobre a pichação ser arte ou não e desenvolve a questão da intervenção urbana, das redes de sociabilidade e as questões da juventude urbana relacionadas ao picho. A ação de pichar como não só ocupação do espaço urbano mas construção de identidades coletivas que influenciam até mesmo nos modos de vestir e falar dos nela envolvidos.

Trata-se, como já informado no título, de uma etnografia. Sendo utilizada a pesquisa de campo e a observação participante, processos esses que foram os inicialmente cotados para o presente estudo, previamente ao contexto pandêmico. Nos encontros destes pichadores o autor observa suas trocas de assinaturas em papéis e a socialização. Um dado apresentado é de que para os praticantes a indiferença à opinião dos não praticantes é a regra e que a opinião dos pares é a que importa (p.21) fato que evidencia uma construção coletiva de sentidos.

No cenário carioca naquele momento aparece também mais uma terminologia, o Charpi (Pichar com as sílabas invertidas) código utilizado na comunicação oral a fim de esconder, proteger, restringir as informações sobre a atividade clandestina. (p.30) Da diferenciação entre pichação e grafite ele aponta que:

A pichação é usualmente associada a um discurso norteado pelas noções de vandalismo, delinquência, e poluição visual. O graffiti atualmente é associado a um discurso de conscientização, de salvação ou libertação dos jovens dá delinquência através da arte. A apropriação do graffiti como atividade de inclusão pode ser visualizada em trabalhos de ongs como a CUFA (Central única das Favelas) e o Afroreggae (em Vigário Geral), cujas oficinas estão inseridas em programas vinculados à UNESCO e contemplam uma enorme demanda (não só de jovens favelados). (p.30)

O processo de valorização do grafite, segundo ele, passa também pela valorização da manifestação por parte das elites que o enxergam como elemento de decoração de vanguarda

e a a pichação continua estigmatizada. A higienização do grafite e sua conseqüente aceitação passa pela sua valorização financeira em espaços mercadológicos como galerias e colecionadores particulares, alcançando museus e iniciativas de prefeituras.

No Nordeste também foram encontradas dissertações sobre o tema, na Bahia e na Paraíba, ambas produzidas no âmbito das Universidades Federais de seus respectivos estados, sendo o primeiro trabalho intitulado: “Pichação: arte pública e resistência em Salvador” (2012), escrito por Anderson Eslye Leite de Oliveira no curso de Ciências Sociais, e o segundo sendo “Escritas urbanas: um estudo sobre a pichação e o graffiti na cidade de João Pessoa-PB”(2012) com autoria de Paulo Sérgio dos Santos no curso de Sociologia. Monografias e Artigos sobre o tema foram encontrados a partir de minhas buscas de referências, em todas as regiões, produzidos em diversas áreas do conhecimento.

O trabalho de Anderson Eslye de Oliveira, sobre o contexto soteropolitano, aborda a prática da pichação com duas perspectivas que moldam o tom da obra, a primeira é em vias gerais consenso nos trabalhos do campo: juventude. A compreensão de que a ação de pichar compõe uma cosmologia geracional do jovem, que é essa a parcela social que se manifesta através dos traços. A seguinte perspectiva é mais disputada, mais tensionada, é a ideia de apresentar a pichação como arte. Ambos compõem com tanta força a construção narrativa da pesquisa que são apresentadas pelo próprio autor como palavras-chave. O primeiro e o segundo capítulo são construídos justificando essa definição do grafite como arte, e mais, como arte pública. No terceiro, o autor destrincha as diferenças e semelhanças entre Grafite e Pichação. Ele se fundamenta em Hegel, Kant, Walter Benjamin.

A defesa em relação à pichação é que ela promoveria um acesso tanto à cidade como à arte por intermédio da agressão não sendo nem reproduzível nem rentável e portanto não se inserindo na lógica capitalista. (p.31). Mesmo que um tema amplamente discutido dentro deste campo seja evidenciado tanto nas fundamentações teóricas das produções acadêmicas como em algumas entrevistas no escopo das pesquisas, o tema da arte não é algo sobre o qual me debruço neste trabalho.

Um dado especialmente interessante apresentado pelo autor é o da origem da palavra picho, que vem do piche de pavimentação do asfalto, pois inicialmente muitas das inscrições eram feitas com esse material (p.46). Parte daí para uma historiografia da prática através da semelhança das inscrições pré colombianas e da idade média. Destaca nessa prática a ênfase nas palavras, o que é um ponto fundamental de divergência com o grafite.

Paulo Sérgio dos Santos perpassa pelo conceito de arte, conseqüência até de sua trilha

de aproximações e afastamentos com o grafite. Contudo, a intervenção urbana, e a classificação dessas duas práticas de manifestação dentro deste arcabouço, ocupam maior relevância neste caso. O autor apresenta essas práticas como consequências da urbanização de seu cenário geográfico, João Pessoa, a cidade, conceitualmente, tem um grande peso sobre essa pesquisa. Compreender sua complexidade, sua construção histórica e finalmente grafite e pichação como consequências dessas relações sociais. Há uma preocupação aparente pela historicidade da prática tanto em um contexto mais global quanto mais local. O debate de onde surgiram, como surgiram e porque, por quem se perpetuam.

O autor, no entanto, faz aproximações entre as práticas que não cabem no contexto analisado. Há uma defesa tanto do grafite (que ele grafa em sua pesquisa *grafitti*, como transgressões proporcionais. Apresentando ele mesmo o uso de empresas e do estado desta segunda forma diz que as duas manifestações não precisam de autorização e não obedecem a regras. Pode ser a realidade particular de João Pessoa, mas aplicando ao cenário Goiano, especialmente Goianiense, e me apropriando de leituras para análises de outros cenários, o Grafite passou por chancela, inclusive governamental como apresentada na lei nº12.408, de 2011, que altera o artigo 65 da lei nº 9.605, apresentada anteriormente, e que descriminaliza o grafite sem o fazer com a pichação.

Também há uma aproximação por parte do autor no que diz respeito ao anonimato das duas formas, o que também não cabe no cenário contemporâneo de Goiânia onde os grafites são costumeiramente realizados em espaços autorizados e assinados pelas autoras/autores. É mais uma marca temporal e geográfica da inserção das intervenções urbanas de maneiras diferentes nas cidades e o papel que organizações possuem na luta por esses espaços.

Mais um ponto a ser notado é que esses espaços chancelados vão sendo higienizados e gentrificados de certa forma, de modo que se aproximam do “belo” e por isso vão sendo passíveis de consumo e conseqüente valorização e muitas vezes carregam um discurso de alternativa à pichação. Uma alternativa às personagens da pichação que podem, ou devem, optar por sair do vandalismo e migrar para a arte. Sendo esta a dicotomia observada em relação aos dois campos no cenário local. Inclusive na medida em que o Grafite brasileiro adentra espaços oficiais internacionais como Museus e Galerias e mesmo fachadas em países do norte global.

Figura 11 - Galeria de Arte Urbana da Rua 08²³



fonte: arquivo pessoal, 2022

Figura 12 - Grafite Dâmaris Rosa



Figura 13 - Fogo nos Racistas



fonte: acervo pessoal, 2022²⁴

23 Placa de sinalização de espaço voltado para o grafite chancelado pela prefeitura.

24 Figura 12 é grafite assinado pela artista urbana Dâmaris Rosa (usando seu usuário do instagram @dm.tintas) localizadas na Rua 8 no Setor Central de Goiânia e figura 13 Pichação sem assinatura registrada no Campus 2 da UFG

Quanto à diferenciação dos dois, o argumento formulado seria o caráter “anárquico” da pichação que teria a intenção de transgredir, agredir e chamar a atenção para si, enquanto o grafite seria um “protesto branco” (Maria Célia Ramos, 1994 *apud* Paulo Sérgio Santos, 2012, p.54) que não pretende a agressão e sim a restauração do espaço urbano através da sua intervenção. O discurso aqui já se aproxima das falas mais higienizadas em relação a arte *versus* vandalismo que permeiam muitos dos debates informais e midiáticos do tema. É um discurso que pode ser perigoso ao alimentar ainda mais estereótipos sobre o tema.

Uma questão que conversa com essa construção semântica e também com a placa registrada acima sobre a Galeria de Arte Urbana é que mesmo em face a alguma higienização e elitização da prática, ainda se percebe que os espaços para ela são vistos de maneira diferente do que os espaços legitimados de arte. Quantas galerias de arte encontramos com placas de sinalização que informam que seria “proibido urinar”, ou “proibido maconha” e ainda “não rabiscar os grafites”. Esses em oposição ao não toque e não tire fotos com flash comuns aos museus.

A informação que se apresenta é quase a de que apesar de ser arte, como se referem na placa de sinalização, ela estaria em um grau abaixo de fruição por estar presente na rua e por ter trânsito livre. Apesar de nomear enquanto galeria, e incentivar a fotografia e postagem de fotos nesse espaço, não é delegado a ele equipamento e pessoal para o funcionamento como de uma galeria de arte. São contradições que apresentam e nos fazem pensar o quanto há uma real valorização ou o quanto há uma leitura de “menos pior”. “Menos pior grafitar do que deixar as paredes pichadas”.

Outro trabalho, localizado mais especificamente no espaço-tempo da pesquisa, é: *Gritam os muros: Pichação e Ditadura Civil-Militar*, de Thiago Nunes, historiador, desenvolvida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) mas que localiza sua pesquisa no estado de Pernambuco, tendo realizado pesquisas documentais sobre atividade de pichação no período, e colhido depoimentos de militantes da época.

Acredito ser importante destacar o trabalho “Pixação: a arte em cima do Muro” de Luiz Henrique Pereira Nascimento, publicado pela editora Monstro dos Mares, (2015) que a partir da Teoria Estética de Theodor Adorno se debruça sobre o fenômeno estético do Movimento Pixo analisando as relações entre patrimônio privado e manifestação pública, os limites e desafios da arte contemporânea, cunhado através de uma perspectiva que se declara

enquanto anarquista e ativista.

Neste trabalho a construção é de colocar a pixação (novamente localizada na cidade de São Paulo) como forma de arte contemporânea que se colocaria como marginal em resposta á violência operada pelo Estado, que não seria realmente democrático e que esta forma de arte marginal confrontaria diretamente.

Vai ainda ao retorno, quando essa arte deixaria de ter caráter subversivo, dentro desta visão anarquista, com a utilização da estética em produtos de grandes marcas. Saindo da margem e se tornando objeto de desejo mercadológico desapropriado de seu sentido inicial pelo capitalismo. A essa análise volta-se principalmente o uso da fonte característica do tag reto de São Paulo. Me provoca a pensar nos limites da contravenção no que diz respeito a um sistema que constantemente se apropria das causas que o criticam para gerar outros produtos e se retroalimentar.

Mesmo nesse contexto diverso, a obra inicialmente encontrada sobre o tema, que leva mulheres já no seu título foi a monografia: “Mulheres que se arriscam por um risco: uma cartografia da pichação e graffiti feminino na cidade de Natal-RN.” (CRUZ, Larissa; 2018) que faz um levantamento das obras de 9 mulheres em Natal e a partir destes constrói um Mapa visual com registros fotográficos juntamente com um discurso etnográfico descritivo das obras retratadas. Tal produção aprofunda a sensação de apagamento para com o trabalho feminino nesse campo, não somente no que tange ao picho, mas nesse caso especificamente o tendo no radar. Este trabalho também é um dos que mais me inspirou em minha própria produção através da produção de imagens e de inspiração na etnografia.

Mais avançadamente na pesquisa, no dia 30 de março de 2022, tive a feliz oportunidade de assistir a defesa de doutorado de Marielen Baldissera (UFGRS) intitulada: “Arte e ativismo feminista nas ruas das cidades: Etnografias das políticas e poéticas em contextos urbanos”. Este trabalho, que em diversos pontos se encontra com o que proponho aqui, utilizou de registros de pichações executadas durante manifestações feministas, e fotografadas pela autora, e a presença destas junto com lambes e outras intervenções urbanas marcadamente produzidas por coletivos feministas na cidade de Porto Alegre. Passando pela Antropologia sem deixar sua formação inicial, em artes visuais, ela depois produz, inspirada nestes registros, artes de sua autora e as “devolve na cidade” em forma de lambes. A produção estética também resulta em uma exposição.

Seu artigo: “Barraqueiras e heroínas: escritos feministas nas ruas de Porto Alegre” (2021) já produto de sua pesquisa doutoral, a reflexão que inaugura a narrativa é de que a

cidade foi pensada para os homens e que as mulheres que a frequentam, a tornam pública para elas a fazem de um lugar de subversão e uma das ferramentas utilizadas é o que ela nomeia as escritas urbanas. A partir dos registros desta em dois bairros da cidade e da coleta de biografia de três das responsáveis ela traça o percurso simbólico dessas escritas, que para a autora são arte, na cidade. Reitero, porém, que o debate sobre arte não é um ponto no qual pretendo me desdobrar.

De encontro com o Trabalho de Giovanna Silveira (2019) também apresenta que mais do que não atuação de mulheres nessas práticas historicamente há o apagamento das que chegaram a participar rompendo os paradigmas de suas épocas. A biografia é utilizada por ela como essa ferramenta de rompimento do silêncio e por isso tem grande peso na construção de um trabalho que se propõe feminista. Em seu próprio processo inicial de registro de imagens partiu de seu próprio olhar para classificar o que entendia enquanto feminista. Mais uma vez o pessoal e o político, o particular e o público se entrelaçando na construção de uma metodologia feminista de produção de conhecimento, e neste caso, de leitura da cidade.

Lara Denise Oliveira Silva e Glória dos Santos Diógenes, ambas sociólogas, escrevem o artigo “A cidade é sem fim igual a sua janela”: intervenções, afetos urbanos e deambulações em Fortaleza-CE em 2019. Neste trabalho realizaram derivas pela cidade, ou seja, caminharam sem uma direção duramente traçada e experimentaram a cidade buscando como ela se apresentaria a partir de suas inscrições. Com isso se depararam com palavras soltas e descontextualizadas que remetiam ao universo particular como “desejo” e “afago” que segundo as autoras, ao expor campos das emoções e da vida particular de sujeitos: “Desenham-se possibilidades de um trânsito a partir de afetos e cidade, a partir de quem investe nela suas emoções, uma afecção de mão dupla entre sujeito que risca a cidade e a cidade que é usada como suporte”(p.98)

Esse processo de duplo sentido de marcar a cidade e se marcar por ela dá o pontapé para pensar nos processos de subjetivação das mensagens que permitiriam um caráter de agência feminista em sua existência.

2.2

PICHAÇÃO FEMINISTA

Na travessia entre as leituras e a observação da cidade como campo, as perspectivas sobre a existência das escritas urbanas, aqui principalmente o picho mas perpassando por lambes e estênceis, o gênero foi um marcador importante que aparecia pouco nas pesquisas, e quando citado era para demarcação da ausência de mulheres, mas acabou se tornando visível nas ruas através das mensagens. Ler as ruas e suas marcas passa pela subjetividade de quem o faz. Eu como leitora, embasada em estudos prévios de gênero, nomeei essas pichações, onde temáticas relacionadas ao gênero se explicitam, como feministas.

O próprio fato de enxergar essas relações de gênero perpassa pela minha posicionalidade, de eu mesma me reconhecer feminista. Para além deste critério, algumas considerações sobre o feminismo como metodologia despontaram: uma importante é a de trazer temas costumeiramente delegados para o ambiente privado para o espaço público. Avançando há as pautas abordadas, sobre direitos reprodutivos, empoderamento, direito à sexualidade e o próprio registro de mulheres na política, além de registros sobre relações afetivas e sentimentos em relação a expectativas.

O antropólogo José Carlos Magnani relata em: “O Circuito: proposta de delimitação da categoria”(2014) que em uma das primeiras atividades do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (NAU-USP) em atividade de Campo na galeria do Rock percebeu-se que havia reconhecimento entre as pessoas naquele espaço, pelo que vestiam, como se portavam, por de alguma forma pertencerem a um processo de identificação daquelas outras pessoas enquanto semelhantes. A pichação que aqui chamo de feminista, teria o poder de gerar essa identificação nas mulheres, mas em relação à cidade.

Compartilho uma sensação. Enquanto mulheres, andar nas ruas pode ser por si só um ato de transgressão. Ao caminharmos pela cidade, e aqui parto da minha experiência de cidade que é principalmente da região metropolitana de Goiás, a sensação de ameaça é presente em assédios verbais, olhares indesejados e um medo que muitas vezes é incutido de “provocarmos” alguma violência de alguma forma. A noite, pela menor circulação de pessoas e a iluminação deficitária, esse processo de medo pode se expandir. Então, caminhando na rua da cidade pela noite, sozinha, escuto passos por perto. Olho para procurar um estabelecimento aberto, traço rotas de fuga, espaços movimentados. Não há. O coração acelera e o estômago aperta. Não há uma justificativa material. Não há uma situação de perigo iminente ainda. Disfarçadamente me preparo, respiro fundo, olho para trás e encontro outra mulher no caminho. Respiro aliviada. Às vezes arrisco um sorriso e um aceno de cabeça. Diminuo o passo para que possa haver uma aproximação como se houvesse uma segurança mútua.

É talvez fruto de algo que escutei nos jornais enquanto crescia, com sonhos de viajar pelo mundo. Algo como duas mulheres sozinhas assassinadas em algum lugar, em oposição a um homem que foi morto em outro. Temos direitos constitucionais de voto, de eleição a cargos públicos, e no papel, ao ir e vir. Mas entre o papel e a execução parece ainda pairar uma sensação que não estando na presença de homens, mulheres estão sozinhas e homens mesmo desacompanhados, com os recortes devidos do que é o modelo de homem, heterossexual, branco, cisgênero e sem deficiências, está acompanhado de todo um aparato social. Ver uma pichação feminista na rua me promove companhia. Respiro aliviada. Outra mulher já esteve ali e teve coragem o bastante para registrar sua presença. Muitas vezes evocando a presença de outras antes ou denunciando suas forçosas ausências.

Tal leitura abre portas também para uma possível compreensão do picho enquanto ferramenta de transmissão e comunicação de movimentos sociais, em especial do feminismo contemporâneo, se fazendo de tal forma competente possibilidade de transmissão geracional de pautas e valores. Esta possibilidade de comunicação ocorreria assim tanto na passagem de pautas para as superfícies de intervenção como a partir da leitura desta pelas transeuntes das ruas.

Nomear algo enquanto feminista é sempre um risco em algum grau. Feminismos são plurais e múltiplos, mas também ecoam juntos muitas vezes pelos direitos das mulheres. Mas quais seriam esses direitos? As mulheres estão presentes em diversas lutas: antirracistas, lutas de classe, por moradia, educação e saúde universal. Nos movimentos estudantis e sindicais. Contra a violência policial. Pela descriminalização das drogas. Contra a intolerância religiosa. Pelo fim da transfobia e da homofobia. São pautas que se interseccionam e não são isoladas do movimento feminista.

Oyeronké Oyewúmi apresenta em: “Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos” a crítica se que: “O gênero, assim como a beleza, está nos olhos de quem vê” (p. 304) uma crítica à leitura de pesquisadores do ocidente, ou que adotam categorias que ela apresenta como ocidentais, sobre a comunidade Yorubá. Ciente desta posição crítica e me colocando, sob rasura, como ocidental aceito e incorporo ao meu discurso essa constatação. O olhar que possuo está neste local de engendramento ocidentalizado e é a partir daí que construo minha visão de mundo. É deste local que partem as definições e constatações realizadas, a classificação das imagens e sua interpretação presentes neste trabalho.

A primavera feminista causou um grande impacto na minha geração de mulheres, sendo concordantes ou não com as pautas a quantidade de temas sobre feminismo que

poderiam naquele momento, e a partir de então, ser acessados por meio das redes sociais eram inéditos para muitas de nós, páginas alinhadas com o feminismo liberal com muita ressonância no *facebook* e para além das redes sociais o estabelecimento de redes de apoio e manifestação em movimentações diversas que iniciaram para barrar o projeto e se desdobraram nas diversas demandas feministas, principalmente para barrar retrocessos.

Foi naquele momento a marcação da formação de uma nova geração de feministas, nas quais estou inserida. A internet, em especial as redes sociais, se tornaram plataformas de troca, leitura, observações, de troca de conhecimentos sobre feminismo, de engajamento para atos de rua, para transmissões geracionais. Um palco fértil e de amplo acesso.

A pichação compartilha esse caráter talvez de forma tão ou mais ampla que os algoritmos. Enquanto na internet precisamos estar de alguma forma acessando assuntos relacionados para que a informação chegue de uma determinada maneira, nas ruas é preciso que por algum motivo tenhamos aquela determinada rota, e mais, estejamos em algum nível abertos para enxergá-la.

Esse último ponto é especialmente importante para mim, ao trocar sobre essa pesquisa com pessoas do meu ciclo de convivência em diversos níveis recebi comentários sobre como o olhar sobre a pichação mudou ou até mesmo de que nunca haviam observado que havia inscrições nos muros que percorriam diariamente e que agora não apenas as enxergavam, mas registravam, compartilhavam. Recebi mensagens que me indicavam assistir determinado filme porque havia muitas pichações e grafites, ligações de avós para eu ver uma notícia sobre arte de rua em algum canal, apontamento de determinadas mensagens em momentos em família com enunciados como “você quer voltar pra tirar foto?”. Até poesias sobre pichação composta por amigos que me marcaram nas publicações. A abertura de um canal de recepção possibilita se deixar contaminar pelas ruas. E para que isso aconteça o primeiro passo é que a mensagem ali exista.

Essas leituras urbanas carregam então um potencial que já vem sendo reconhecido aqui no Brasil desde que chega na ditadura civil-militar de 1964. A denúncia e a mobilização de uma maneira impactante, de relativo baixo-custo e que consegue chegar a várias pessoas simultaneamente. Em consideração com as leituras e experiências do campo se apresenta possível a partir de um ponto de vista sociológico que essa ferramenta tenha um poder de sensibilização, identificação e acolhimento quando carrega mensagens feministas no espaço urbano que muitas vezes recebe mulheres com hostilidade, intimidação e assédio. Dessa forma, a pichação teria a possibilidade de se colocar enquanto suporte de mensagens capazes

de realizar transmissões feministas que têm caráter inclusive intergeracional levando em consideração a adoção do feminismo jovem dessas práticas partindo da premissa que é uma prática principalmente executada pela juventude.

Para as pesquisadoras feministas Eliane Gonçalves e Joana Plaza Pinto em publicação no cadernos Pagu nomeada “Reflexões e problemas da ‘transmissão’ geracional do feminismo brasileiro” a segunda onda do feminismo:

“se popularizou pela estratégia dos grupos de reflexão (consciousness raising groups) cuja característica mais marcante é a ausência de uma estrutura hierárquica ou mesmo formal que invista de especial autoridade ou legitimidade qualquer de suas integrantes.” (p.32, 2011)

Em termos sociológicos, as pichações de caráter feminista são capazes de feito semelhante, repaginado para o século XXI e as novas feministas. Quando uma mensagem de produção anônima gera identificação obtemos a possibilidade da percepção que aquele problema não é individual, que não estou sozinha, que não é um problema “meu”, mas nosso. Na medida que resolvê-lo, enfrentá-lo ou destruí-lo não é também um papel individual e que já há quem esteja encampando a luta. Fica materializado ali que a luta já existe, já foi iniciada e já percebeu muitas das pautas. Que já grita por direitos e o que se constitui é a necessidade de se juntar e dar prosseguimento ao giro da roda inventada pelas feministas antepassadas.

Reafirmo a importância como ferramenta comunicacional, que chame a atenção da interlocutora para as pautas levantadas, os pensamentos, as ideias. Mas não como fim em si mesma. Parece ser possível afirmar que tal ferramenta colabore para a criação de possibilidades de agência e mobilizações outras para os feminismos que envolvam fóruns, encontros, eleitorado consciente, ativismos em diversas áreas, tais lutas perpassam pela aprovação de leis, construções coletivas de acolhimento de vítimas de violência e prevenção destas. Levam à necessidade de políticas públicas e ocupação de espaços masculinizados, igualdade salarial e de empregos, divisão da carga de trabalho doméstico. Isso apenas para levantar alguns pontos gerais. A tomada de consciência para aquilo que causa opressão se apresenta com uma potencialidade importante para a mudança da realidade vigente e é aí que enxergo a potência dos pichos e seus aliados de intervenção urbana.

Para as jovens feministas que entendem que suas vozes são menos ouvidas nos espaços que das feministas mais velhas (GONÇALVES; PINTO, 2011, p.38) a pichação se torna uma ferramenta de ampliação e visibilização de suas vozes e ideias ainda preservando seu anonimato e fermentando novas gerações, assim como gerações mais velhas que percorrem àquele espaço a refletirem sobre tais ideias.

CA

PÍ

TU

LO

III

ENCONTRANDO

A CIDADE

Goiânia foi fundada em 24 de outubro de 1933, enquanto Pedro Ludovico Teixeira era interventor estadual nomeado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Entre as justificativas estava a localização, e a planificação do terreno, em oposição às serras da Cidade de Goiás, ou Vila Boa, antiga capital, que tornaria mais difícil a urbanização e expansão do território²⁵. Quase 30 depois, em 1960, a Universidade Federal de Goiás foi criada com a união da Escola de Engenharia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina, instituições de Ensino superior que já existiam anteriormente na cidade de Goiânia.²⁶

Neste primeiro momento o espaço utilizado foram áreas dispersas localizadas no Setor Leste Universitário que hoje conhecemos como Campus Colemar Natal e Silva, em homenagem a um dos principais envolvidos no processo de criação do que primeiramente seria a Universidade do Brasil Central e posteriormente se torna Universidade Federal de Goiás, tendo hoje este campus descentralizado, o Campus 2 ou Samambaia, o Campus de Aparecida de Goiânia e o da cidade de Goiás.

O Campus Samambaia abrigou a partir de 1964 os cursos de agronomia e de medicina veterinária, mas foi apenas em 1971 que o espaço de 130m² na GO 080 teve sua pedra fundamental lançada e passou a se tornar um espaço de ensino, pesquisa e extensão inspirado em modelos universitários que possuísem maior integração entre as pessoas que ocupavam aquele espaço.

Em relação ao centro de Goiânia, foi ali que ao iniciar a construção da cidade muitos dos estabelecimentos de interesse público se instituíram, e seguem em muita parte em funcionamento, como o palácio do Governo na Praça Cívica, ou Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, Museus, e atualmente uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais e de serviços além de fluxo do transporte coletivo o que dá a este pedaço da cidade uma grande circulação diária de pessoas.

Dentro deste espaço duas das principais avenidas são a Avenida Goiás e a Avenida Anhanguera, no cruzamento das duas há uma estátua chamada bandeirante, presente do Centro Acadêmico de Direito de São Paulo ao “povo goiano” e tem três metros. Estando em meio a trajetória típica de diversas manifestações políticas ao longo dos anos, atualmente o próprio suporte da estátua é base de algumas pichações.

25 Aspectos inclusive que influenciam a estética da pichação daqui que se adequa a ocupar um espaço mais horizontal do que vertical, conforme a constituição da cidade.

26 disponível em: <https://www.ufg.br/p/6405-historia> acesso em 29/05/2022

Figura 14 - Bandeirante: O governo mata



fonte: acervo pessoal, 2022

Dentro do que é chamado de núcleo pioneiro da cidade, onde há mais tombamentos realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), encontra-se a rua 08 que é atravessada pela Avenida Anhanguera. De um lado, onde é chamada de Rua do Lazer apenas a passagem de pedestres é autorizada. Do outro lado há a circulação de carros e também abriga o Cine Ritz, último cinema de rua da cidade em atividade, desconsiderando os

cinemas adultos.

Como em alguns outros espaços do Setor Central e de espaços da cidade como o Setor Sul, bairros mais tradicionais da cidade, há muitos becos. Os da rua 08 especificamente foram espaços visualmente pesquisados. O trecho da Rua do Lazer passou por um projeto de readequação em 2019 e como parte foi designado em um de seus becos um espaço de arte urbana, conforme placa sinalizada anteriormente neste trabalho. Neste espaço há grafites, que foram autorizados, e pichações. Segundo relatos orais informais houve muita crítica aos pichos, entendidos como uma forma de vandalismo a um espaço que acabara de ser “revitalizado”, conforme termo utilizado pelos meios de comunicação de massa e a própria Prefeitura.

O termo em si já carrega problematizações que refletem na crítica ao picho. Dar vida novamente a um espaço, ou seja, revitalizar, atravessa a ideia de que naquele espaço não havia vida em algum momento. O que não é realidade na maioria dos espaços da cidade onde são feitas reformas ou adequações, quando havia uma utilidade e ela é alterada. A questão é que as vidas que ocupam aquele espaço e como o ocupam são consideradas indesejáveis ou inadequadas.

Muitos dos becos da cidade são usados como dormitórios improvisados pela população de rua por permitirem menor exposição, e pela mesma razão se tornam espaços para utilização e/ou tráfico de drogas. A ideia de revitalização desses locais vem constantemente ligada a uma tentativa de mascarar esses problemas sociais ou ao menos mudá-los para outro lugar. Tirar vidas e modos de vida indesejáveis para colocar ali os preferíveis, socialmente aceitáveis, etc. A pichação está entre os indesejáveis e a ideia do grafite promovido pelos próprios órgãos governamentais é em alguma medida aproveitar do “código de honra” entre picho e grafite, no qual um não risca em cima do outro para manter esses locais “limpos”, “organizados”, “cuidados”.

Um exemplo da construção desse discurso é uma entrevista de policiais militares ao programa “Balanço Geral” transmitido pela Rede Record de Televisão em março de 2022.. O programa, apresentado por Oloares Ferreira é conhecido na cidade por reportar crimes violentos e de maneira sensacionalista. Nesta entrevista específica o policial entrevistado relata:

“Na região da rua 08, do lazer tem alguns becos que foram revitalizados. Passaram por uma reforma ampla, cara, com dinheiro público. Foi criado ali quadra de esportes, tudo mais, o quê que ocorre Oloares: as noites, de quinta-feira pra frente

tem se reunido ali grupo de pessoas pra se divertir, pra confraternizar. Tudo ok. Estaremos lá pra fazer a segurança. Agora, indivíduos que querem usar a Rua do Lazer pra fazer de maconhódromo, ficar usando maconha, ou fazendo *pinchão* que não tem nada a ver com arte. Supostamente pedindo justiça por crimes, cometendo crimes piores, não será tolerado. Essa moça aí foi flagrada por agentes da AMMA²⁷. Quero mandar aqui um abraço pro pessoal da AMMA aí que estava atento. Fomos acionados. Oloares, é um absurdo. Nós chegamos lá, com já viaturas da guarda. Nossa supervisão do (inteligível) Dias. Quero parabenizá-lo aqui pela prisão. Nós chegamos ali, Oloares, pra conter um tumulto de pessoas que queria impedir a prisão dessa moça. Ao invés de impedir que ela *pinchace*, não. A turma que tava ali com a cara cheia de cachaça e fumando drogas, usando drogas, maconha principalmente, queria impedir a prisão. Nós chegamos para estabelecer a ordem. Ela foi conduzida. Infelizmente é um crime aí que só cabe TCO²⁸. Ela teve uma sanção administrativa também da AMMA, mas já foi colocada em liberdade,. E volto a repetir, Oloares: local público, patrimônio público e também privado, todo ali totalmente deteriorado, *pinchado*, com falácias, palavrões. Nós não permitiremos isso na Rua do Lazer, em qualquer lugar em Goiânia.” Ao que o apresentador Oloares responde: “Certamente é daquela turma que acha que *pinchão* é arte, né ô Wagner?” E o policial prossegue: “Sim, Oloares. Ali temos vários artistas. Dezenas de artistas que fizeram grafite ali, desenhos maravilhosos ali na Rua do Lazer. Nós gostamos disso. As festas voltaram, atrações culturais, artes cênicas. Nós gostamos. Inclusive, na hora da prisão, Oloares, o pessoal arruaceiro, falando de cercar o direito, a liberdade, tal, o racismo porque é negro. Olha pra minha cor, sou filho de negro, neto de negro. Defendo as causas negras. Agora manifestar em busca dos direitos do negro não é cometer crime na Rua do Lazer ou em qualquer outro lugar em qualquer outra rua não. Tinha muita gente lá querendo se divertir. Mas o pessoal da região reclamando que as pessoas que vão lá pra usar drogas e ficar usando maconha têm atrapalhado e tirado o sossego do povo.”²⁹ (RECORD TV GOIÁS, 2022)

A publicação de tal vídeo no YouTube foi nomeada como: “Vandalismo: Mulher picha monumento na Rua do Lazer”. A pichação em questão diz respeito ao ato realizado pelo movimento Justiça por Assata em parceria com o Coletivo Hip Hop Kaique Sabotinha. Na Rua do Lazer se reuniram para realizar no dia 18 de março uma oficina de cartazes para o ato agendado no dia seguinte. Neste ato ocorreram pichos e foi essa ação policial que resultou na entrevista acima transcrita.

Assata foi uma criança negra vítima de violência obstétrica que resultou em sua morte, o crime que foi denunciado e ao qual a pichação no local foi referida como um “crime pior”. A mulher presa em questão é a mãe da criança e há um vídeo no YouTube sobre o ato postado pelo movimento cujo trecho da descrição apresento aqui:

“No dia 18/03/2022 o movimento Justiça Por Assata promoveu junto ao Coletivo de HIP HOP KAIQUE SABOTINHA uma Oficina de Cartazes na Galeria de Arte Urbana da Rua do Lazer - Goiânia, ao findar a oficina de cartazes, houveram pixos e grafites escritos @justicaporassata e um o pézinho característico da bebê, a única

27 Agência Municipal do Meio Ambiente

28 O TCO, Termo Circunstancial de Ocorrência, é uma investigação enxuta que apura as infrações de menor potencial ofensivo .

29 Entrevista na íntegra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WPL44qPwH0A> acesso em maio de 2022

recordação que os familiares de Assata possuem, Ayah se direcionou para o uber e foi retirada de forma extremamente violenta por homens armados, sem identificação ou fardas. Tentaram pegar seu celular a todo custo.

Ayah conseguiu correr e gritar por socorro, quando seus amigos e familiares viram a ação policial e para protegê-la a cercaram enquanto a mesma repassava contatos de seus advogados, nesse momento todo o beco foi cercado por viaturas sem placas, guardas municipais civis com armamento de calibre 12, bombas, gás lacrimogênio e balas de borracha. Um verdadeiro cenário de guerra que estavam encomendados a buscar Ayah.

Dezenas de policiais altamente armados para buscar uma mãe enlutada armada “com um spray” que manifestava por justiça de sua filha. No vídeo é visível o policial abordar perguntando: “Quem é Ellen?” O que se torna visível a suspeita de que a mãe que manifestava por sua filha estava sendo monitorada como tentativa de a silenciar e impedir a manifestação agendada para o dia 19 de Março.

A única defesa de Ayah e seus amigos e familiares foram sentar-se todos no chão e ficar em silêncio tentando lidar com a corporação policial que não sofreriam uma execução ou dano físico, não foram informados o delegado titular da operação ou respondido porque a viatura estaria sem placas e sequer respondiam qual era o crime que foi cometido.

Totalmente desproporcional! O Hip Hop é um movimento que compõe 4 elementos: mc’s, breakdance, dj’s e grafiteiros/pichadores. A pichação apesar de ser uma estética transgressora tem como seu principal representante Jean Michel Basquiat, mundialmente conhecido como maior representante da arte urbana.

‘A morte da Assata era completamente evitável, se meu pedido de socorro não fosse tido como capricho. O que levou a vida da minha filha foi uma situação de racismo obstétrico, é por que eu sou preta antes de tudo, por que minha filha era preta antes de tudo. Não me deram tiros, mas tiraram meu bebê de dentro do meu ventre e jogaram numa vala. Eu fiquei 3 dias sangrando, sem saber se tinham restos placentários no meu útero, me deixaram pra morrer, se estou viva é por milagre.’

No dia 21/03/22, Assata completaria 5 meses de vida, o Jornal Anhanguera - Rede Globo veiculou imagens de Ayah associando-a a criminalidade na tentativa de silenciar um movimento familiar legítimo que exige resposta pela violência obstétrica sofrida. (JUSTIÇA POR ASSATA, 2022)³⁰

O encontro com essa pichação em particular durante a minha pesquisa me impactou especialmente. Eu não sabia da realização do ato e primeiramente imaginei que “Justiça por Assata” se referia à militante do Exército de Libertação Negra dos Estados Unidos da América Assata Shakur. Presa política por suas atividades partidárias ela está em asilo político em Cuba desde 1984. Tal constatação me deixou curiosa se havia motivo para essa pichação acontecer agora, tantos anos depois e também não entendi a existência do picho do que parecia um pé infantil próximo à frase.

Do momento em que a encontrei até minha chegada em casa, de todas as pichações

30 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9E7KK9O1xn4>

encontradas aquela ocupou com muito foco a minha mente. Seguia buscando compreender qual o contexto que estava inserida e o que podia significar. Escrevi no diário de campo naquele dia:

“Entre todos os sentimentos que me envolvem ao ler pichações nos muros os mais fortes advém dos pichos com mensagens feministas. São eles que seguram minha mão enquanto caminho. Ao mesmo tempo, ler mensagens como justiça po Marielle ou justiça por Assata faz com que eu me lembre que às mulheres revolucionárias, especialmente mulheres negras, a visibilidade muitas vezes só vem com a morte ou o exílio. Os discursos construídos sobre elas são mais válidos do que os discursos que faziam sobre si mesmas.(Goiânia, abril de 2022)”

Figura 15 - Justiça por Assata



fonte: Acervo Pessoal

No momento do registro ainda não havia buscado entender o contexto no qual o registro se dava. Escrevi ainda “crua”, sem ter tido uma total racionalização da vivência

daquele trajeto. Posteriormente pesquisei sobre a frase e descobri sobre a morte da pequena Assata. Daí registro:

Descobri que o picho que me impactou tanto hoje é sobre outra Assata, uma pequena Assata condenada por ter nascido uma criança negra de mãe preta em um espaço onde profissionais dessensibilizados e precarizados desumanizam pacientes. Estou chorando depois de assistir ao vídeo do movimento Justiça por Assata. Me choco constantemente com a proximidade da violência obstétrica, quantas mulheres que conheço ou mulheres conhecidas das mulheres que conheço relatam casos de descaso, violência verbal, desamparo. Enquanto isso querem regular nossos corpos. Se disfarçam atrás da defesa da vida para construir a destruição da vida das pessoas que querem controlar. Estou novamente devastada. Cansada de um cotidiano que machuca a nós com tanto prazer”(Goiânia, abril de 2022)

Quando a cidade se apresenta com mais ênfase como essa grande coletânea de histórias me proponho a separá-las em capítulos e compartilhar seus traçados de união pelos caminhos percorridos tanto de maneira literal quanto de forma subjetiva. Como meus estudos e identificações as juntam e separam e como projeto que possam afetar pessoas, em especial mulheres, como Justiça por Assata me afetou e me propõe a entender que mesmo solitária não estou sozinha e que as paredes que separam também nos unem.

Como processo visual de identificação afetiva destes caminhos me coloquei a construir um mapa visual que permitisse a quem lê caminhar comigo de alguma forma pela cidade. Visualizar em algum nível por onde passei e convidar a caminhar com suas próprias emoções e sentidos e se afetar pelas imagens como me afetou mas de maneira completamente diferente. Uma tentativa de reconhecer o caráter expográfico inato das intervenções urbanas, e apresentá-lo através da minha própria interpretação dos caminhos semânticos.

Desta forma, entre os temas: empoderamento e representação; direitos sexuais, reprodutivos e afetivos e justiça por mulheres foi realizada a distribuição das imagens, a legenda destas conforme a mensagem central e alinhada com o tema identificada e a localização generalizada de cada uma delas.

Ao final de cada grupamento é mostrado uma simulação, a partir do google maps, do caminho percorrido é explicado como compreendi essas imagens dentro do apontado tema. É um convite para que quem lê faça sua própria interpretação e caminhos simbólicos através de minha própria identificação e para, quem sabe, a quem possível for, possa recriar os caminhos percorridos pela cidade, que têm uma grande probabilidade de terem suas paisagens mudadas devido ao caráter efêmero da pichação, e poderem produzir seus próprios repertórios simbólicos acerca das imagens aqui contidas, nas ausências e/ ou da presença de outras.

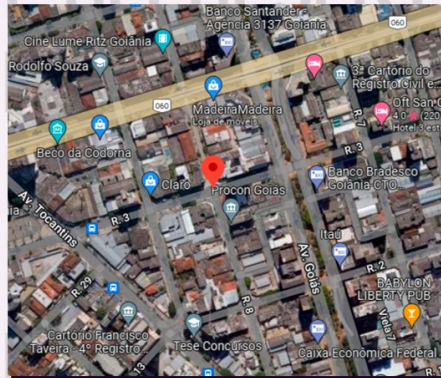
Meus caminhos foram relativamente de deriva, pois percorri espaços que já me eram

familiares, que compõem minhas rotas. Mas o percorri como novo, pois foi meu reencontro com a cidade depois de dois anos de isolamento social. Me propus regiões e nelas me deixei encontrar pelas mensagens. Ao traçá-las retiro a possibilidade da deriva de outras pessoas em algum nível, que possam passar por rotas semelhantes ao, esperançosamente, guiar os olhares e até mesmo os caminhos de quem se propor a percorrer essas regiões. Desejo que não tire o prazer da provável experiência e que se surpreendam também pelos sons, cheiros e experiências trocadas que esses espaços possam vir a proporcionar.

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
E
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO
EMPODERAMENTO
EMPODERAMENTO
EMPODERAMENTO
EMPODERAMENTO
EMPODERAMENTO
EMPODERAMENTO



Rua do Lazer, Setor Central

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO



EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

“QUEENS ZONE” OU EM TRADUÇÃO LIVRE “ZONA DAS RAINHAS” TRÁS UM ESPAÇO RESERVADO PARA MU-

ELHERES. EM MEIO A GRAFITES COM ASSINATURAS FE-

MININAS PARECE DECLARAR: “ESSE ESPAÇO É NOSSO”

REIVINDICA A LEGITIMAÇÃO DE UM LUGAR PRÓPRIO.

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

ABRE A CONSTRUÇÃO DA MINHA NARRATIVA TEXTUAL

IMAGÉTICA POR POSSIBILITAR UM RESPIRO PROFUN-

DO: AQUI EXISTEM MULHERES. AQUI EXISTIMOS. ESSA

ZONA É NOSSA. AQUI SOMOS PODEROSAS. FORTES

AQUI SOMOS RAINHAS. GOVERNANTES. LÍDERES.

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

E SOMOS RAINHAS NO PLURAL. JUNTAS.

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

“ARQUITETAS” É UM ESTÊNCIL QUE TE OLHA DA PAREDE

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

NO MEIO DO PASSEIO PELOS PARALELEPÍPEDOS DA RUA

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

DO LAZER. TE FAZ VÁRIOS CONVITES: DE PENSAR EM

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

ARQUITETAS MULHERES E PERCEBO QUE NÃO SEI NENHUM

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

NOME DE COR. DE IMAGINAR UMA CIDADE PENSADA POR

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

MULHERES. E AÍ ENTRA A OUSADIA DE PENSAR UMA CIDADE

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

CONSTRUÍDA POR FEMINISTAS. QUE FIZESSEM PAREDES,

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

RUAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE UMA CIDADE PARA TODAS

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

AS PESSOAS.

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

E O QUE SERIA DA CIDADE SE ELA FOSSE NOSSA?

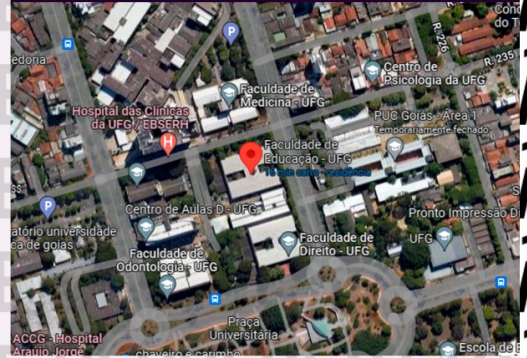
SE MOSTRA COM UM SORRISO MAROTO E UMA PINTINHA

ACIMA DOS LÁBIOS COMO UM PLANO SECRETO PARA

ARQUITETAR UM NOVO FUTURO.

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

Faculdade de Educação- UFG
Setor Leste Universitário



EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

“VOCÊ NÃO MANDA EM MIM, NÃO SOU OBRIGADA A NADA”

ÀS MULHERES É CONSTANTEMENTE REIVINDICADO A

ADOÇÃO DE COMPORTAMENTOS, ATITUDES, GOSTOS, QUE

SÃO LIMITANTES E ENSINAM A RESPEITAR VALIDAÇÃO

EXTERNA ACIMA DA PRÓPRIA. MUITAS VEZES SOMOS

VALORIZADAS PELO QUE FAZEMOS E NÃO POR QUEM SOMOS.

APRENDER OU LEMBRAR QUE SOMOS DONAS DA NOSSA

PRÓPRIA TRAJETÓRIA E QUE PODEMOS LUTAR PARA

FAZER NOSSAS PRÓPRIAS REGRAS PODE SER UM CAMINHO

DE LIBERDADE. DE AUTOCONHECIMENTO. DE UNIÃO.

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO



EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

“SEUS PADRÕES DE BELEZA” LEVA À REFLEXÃO DE QUE
A BELEZA É UM ASPECTO SUBJETIVO E RELATIVO QUE
ENVOLVE FATORES QUE INCLUEM A AUTO IMAGEM E QUE
A FORMA COMO CORPOS, MODELOS E IDEIAS VÊM SENDO
PROPAGADOS E EXIGIDOS EM ALGUMA MEDIDA ATENDEM
À INTERESSES COMERCIAIS, MAS TAMBÉM DE CONTROLE
QUE AFETAM MULHERES, ESPECIALMENTE NO SUL GLOBAL
EM UM IDEAL DE IMAGEM ARTIFICIAL, OCIDENTALIZADO E
CAUCASIANO QUE É CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE FICÇÃO.

COLABORA A PENSAR QUE PODEMOS DESCONSTRUIR NOSSO
OLHAR E NOSSO IMAGINÁRIO PARA VER OUTRAS BELEZAS.

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO



EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

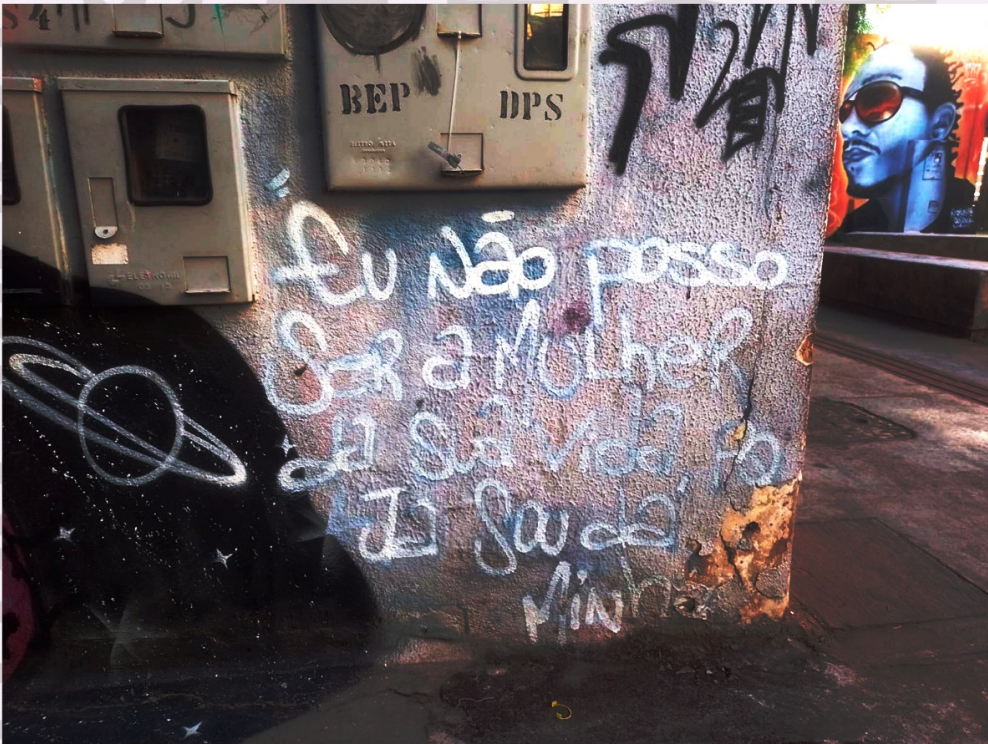
EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

EM NO PRIMEIRO AGRUPAMENTO DE IMAGENS
EM A C O N S T R U Ç Ã O
EM NARRATIVA SE VOLTA PARA A LEITURA E
EM REGISTRO DE MENSAGENS QUE
EM DEMARQUEM A EXISÊNCIA FEMININA NA
EM CIDADE DE MANEIRA POSITIVA, QUE SE
EM PREOCUPEM DE ALGUMA FORMA A
EM REAFIRMAR O ESPAÇO DAS MULHERES NA
EM SOCIEDADE E QUE ACOLHAM PAUTAS
EM RELACIONADAS A AUTO ESTIMA, PODER
EM PESSOAL, RECONHECIMENTO E
EM ACOLHIMENTO. IMAGENS QUE CONSTRUAM
EM UMA CERTA IRMANDADE CIDADINA
EM
EM PARTIR DE UM PONTO MAIS LEVE, QUE
EM MOSTRE QUE PAUTAS FEMINISTAS NÃO SÃO
EM NECESSARIAMENTE DENÚNCIAS DE
EM VIOLÊNCIAS TODAS AS VEZES. QUE NOS
EM QUEREMOS MAIS DO QUE VIVAS, FELIZES E
EM BEM CONOSCO MESMAS. SÃO PAUTAS QUE
EM CONVERSAM COM DIVERSAS GERAÇÕES DE
EM MULHERES MAS POSSUEM UM CERTO
EM HUMOR, UM TOM DE BRINCADEIRA QUE SE
EM COLOCA COMO INTERLOCUTORA JUVENIL
EM DIVERTIDA, PROVOCATIVA.
EM

EMPODERAMENTO E REPRESENTAÇÃO

DIREITOS AFETIVOS

ETIVOS DIRETOS AFETIVOS
ITIVOS DIRETOS AFETIVOS
DIRETOS AFETIVOS
AFETIVOS DIRETOS
AFETIVOS DIRETOS
AFETIVOS DIRETOS
AFETIVOS DIRETOS



“EU NÃO POSSO SER A MULHER DA SUA VIDA PQ JÁ SOU DA MINHA” CONVERSA COM O DIREITO DE AFETO PRÓPRIO DE MULHERES SE COLOCAREM EM PRIMEIRO LUGAR, DE VALORIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE SI PARA SATISFAÇÃO PESSOAL QUANDO SOMOS COLOCADAS EM UMA DINÂMICA DO CUIDAR QUE INCUTE O AUTOCUIDADO COMO EGOÍSMO POSSIBILITA UMA REFLEXÃO SOBRE RELACIONAMENTOS ROMÂNTICOS. DE SE SUBMETER A DETERMINADOS PAPÉIS SOCIAIS, NA PERSPECTIVA DE UMA SUPOSTA PLENITUDE QUE SÓ SERIA ALCANÇADA DENTRO DE UMA RELAÇÃO ROMÂNTICA, E ESSA RELAÇÃO NOS MOLDES HEGEMÔNICO DA CIS HETERO NORMATIVIDADE, PARA QUE A MULHER POSSA SER REALMENTE COMPLETA MESMO QUE ACARRETE ABRIR MÃOS DE ASPECTOS DA SUA IDENTIDADE PESSOAL SER A MULHER DA PRÓPRIA VIDA É CONVITE À REVOLUÇÃO

DIREITOS AFETIVOS S A ITC E TIV S DIRI FETIV FETIVOS AFETIVOS



**“AS GAY, AS BI, TRANS E SAPATON, TÃO TUDO ORGANIZADAS
PRA FAZER REVOLUÇÃO” É UMA PALAVRA DE ORDEM
POPULAR EM ATOS E MANIFESTAÇÕES FEMINISTAS.**

**REAFIRMA UMA DIVERSIDADE SEXUAL DE MULHERES E A
SUA UNIÃO NO SENTIDO DAS LUTAS. É POTENTE EM SE
PROPOR A UMA INCLUSÃO DE DIVERSIDADE DE AFETOS
E AO PROPOR A COLABORAÇÃO ENTRE TODAS.**

**ME CHAMA A ATENÇÃO PARTICULARMENTE PELO SUPORTE
POR ESTAR INSCRITA EM BANCOS EM UM PÁTIO DE
CONVIVÊNCIA, COMO SE VIESSE ALUDIR EM ALGUM NÍVEL
QUE TODO ESSE GRUPO SE REÚNE ALI PARA SE ORGANIZAR
QUE DALI PODEM SAIR AS PROPOSTAS REVOLUCIONÁRIAS
COMO SE DISSESSEM: “SENTE-SE AQUI, VAMOS PLANEJAR
JUNTAS A NOVA ORDEM MUNDIAL. MÃO NA MÃO.**

“TODO PODER AO POVO PRETO, TRANS, INDÍGENAS, QUILONBOLAS”, “TRANSPARENTES” “AFROTRANSFEMINISMO” “SE AMEM E SE UNAM CONTRA O CAPITALISTA SISTEMA OPRESSOR” SÃO ALGUMAS DAS FRASES ENCONTRADAS NO BANHEIRO FEMININO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA UFG. ESSE ESPAÇO FOI CONSTRUÍDO COM O OBJETIVO PRINCIPAL DE SER UM CENTRO DE APOIO A ESTUDANTES QUE INGRESSARAM NA UNIVERSIDADE POR MEIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS.

EM UM ESPAÇO PROJETADO PARA A TROCA, O DIÁLOGO, A INTERAÇÃO. AS PALAVRAS REFLETEM O EXERCÍCIO DE INTERSECÇÃO. ESSE CONCEITO TÃO CARO AO FEMINISMO.

“SE AMEM E SE UNAM” É UMA POLÍTICA DE AFETOS PARA A VIABILIZAÇÃO DAS EMOÇÕES COMO FERRAMENTA DE REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS.

FETIVOS DIREITOS AFETIVOS
DIREITOS AFETIVOS A
ITC
FIM
DIRI
ITOS AFETIVO
FETIVOS DIREITOS AFETIVOS



DIREITOS AFETIVOS FALAM SOBRE A POSSIBILIDADE DE SENTIR, DE SER QUEM SE DESEJA SER SEM REMORÇOS, SEM CULPA, SEM MEDO. ABRAÇANDO UMA LIBERDADE. E COLOCAR ISSO NAS RUAS, PRA SER LIDO, COMENTADO, CRITICADO, ABRAÇADO É CONVIDAR OUTRAS A VALORIZAREM OS PRÓPRIOS ANSEIOS FUGINDO DE UMA LÓGICA DE QUE A MULHER PRECISA COLOCAR A SI PRÓPRIA EM ÚLTIMO LUGAR DE PRIORIDADE.

PERMITE PENSAR EM DINÂMICAS DE SEXUALIDADE, RELACIONAMENTOS, SORORIDADE, DE MANEIRAS CONTRAHEGEMÔNICAS. ESGARÇAR OS LIMITES DA REPRESENTAÇÃO DO QUE SE É ESPERADO E SUPERÁ-LOS.

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

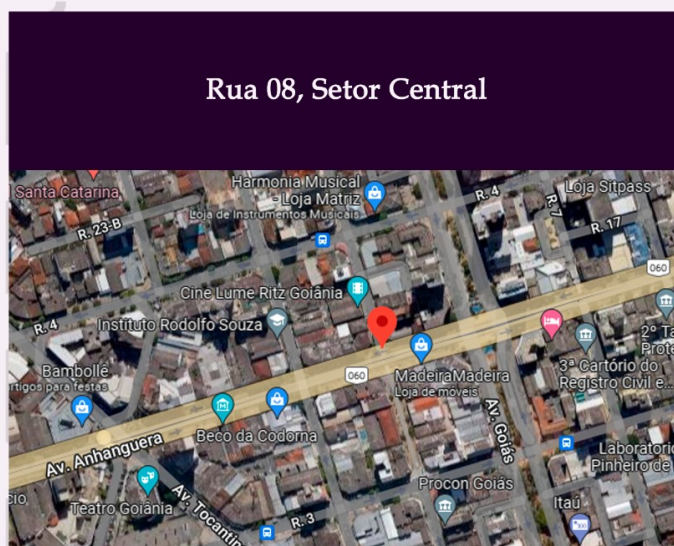
JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES



JUSTIÇA POR MULHERES

“DESTRUA O PATRIARCADO” FOI ENCONTRADO NO TRAJETO

MAPEADO E TAMBÉM NAS PROXIMIDADES. O ESTÊNCEL,

QUE APARENTA TER SIDO APLICADO NO MESMO MOMENTO

QUE SEU COMPANHEIRO DE ESPAÇO “BOLSONARO GENOCIDA”

UTILIZA DE UM TERMO, O PATRIARCADO, PARA QUE SEJA

CLASSIFICADO O SISTEMA DE OPRESSÃO MASCULINO QUE

ATUA PRINCIPALMENTE NA OPRESSÃO DAS MULHERES.

DESTRUIR, ACABAR COM A OPRESSÃO FEMININA É UMA

PAUTA ANTIGA DO FEMINISMO, QUE INFELIZMENTE SEGUE

ATUAL. COMO A MAIORIA DELAS. AINDA LUTAMOS PELA

MAIORIA DOS DIREITOS REIVINDICADOS NOS ANOS 1970.

E DIARIAMENTE RESISTIMOS AOS RETROCESSOS SOBRE

AQUILO QUE FOI CONQUISTADO COM SUOR E SANGUE.

É UMA MARCA NA CIDADE DE QUE NOS QUEREMOS VIVAS,

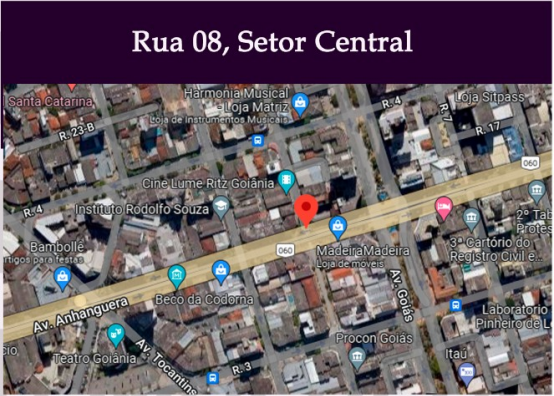
LIVRES E BEM. E QUE RECONHECEMOS QUE PARA ISSO

SE MOSTRA NECESSÁRIO ACABAR COM ESTRUTURAS

VIGENTES.

JUSTIÇA POR MULHERES

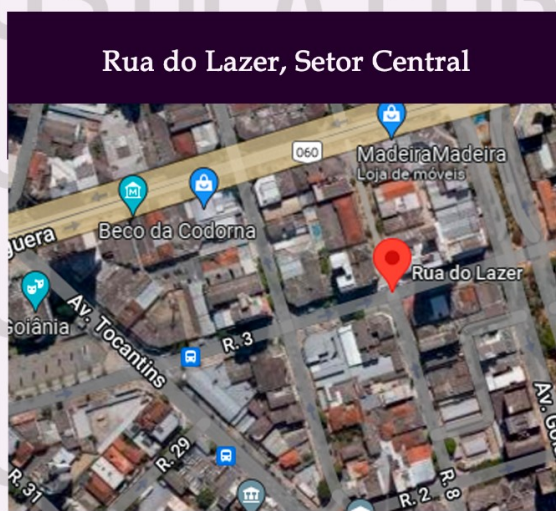
JUSTIÇA POR MULHERES



JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA P
JUSTIÇA P
JUSTIÇA P
JUSTIÇA P
JUSTIÇA P
JUSTIÇA P



MULHERES
MULHERES
MULHERES
MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

J #JUSTIÇAPORASSATA É UM PICO DENÚNCIA DA MORTE **S**
J DE UMA BEBÊ, FILHA DA JOVEM NEGRA AYAH AKILI EM **S**
J APARECIDA DE GOIÂNIA, CONSEQUÊNCIA DE VIOLÊNCIA **S**
J OBSTÉTRICA. REINCIDENTE NA MATERNIDADE NA QUAL **S**
J AYAH FOI ATENDIDA. **S**

J O CASO, QUE OCORREU EM 2021, FOI LEVADO A PÚBLICO **S**
J EM 2022. E O MOVIMENTO JUSTIÇA POR ASSATA REALIZOU **S**
J UMA SÉRIE DE MANIFESTAÇÕES CONTRA O RACISMO **S**
J OBSTÉTRICO E A NEGLIGÊNCIA MÉDICA. A PICHAGEM FOI **S**
J UMA DAS FERRAMENTAS ADOTADAS PARA PEDIR JUSTIÇA. **S**

J FOI REPORTADO NA ÉPOCA QUE A MATERNIDADE É **S**
J CONHECIDA PELA POPULAÇÃO COMO UM “AÇOUGUE” **S**
J EM RELAÇÃO A COMO AS MULHERES SÃO TRATADAS NO **S**
J LOCAL. **S**

J JUSTIÇA POR MULHERES **S**

J JUSTIÇA POR MULHERES **S**

J JUSTIÇA POR MULHERES **S**

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

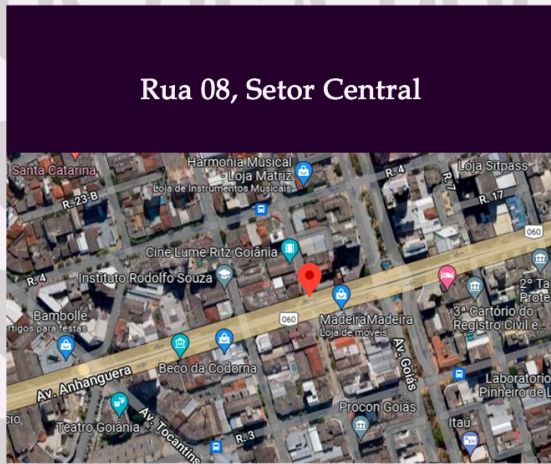
JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES



JUSTIÇA POR MULHERES

J “TRAVESTI VIVA” É UMA EXIGÊNCIA, UMA URGÊNCIA, UM **S**
CLAMOR, NO PAÍS QUE MAIS MATA TRAVESTIS E PESSOAS

J **TRANS NO MUNDO. COM UMA MÉDIA DE VIDA DE 36 ANOS,** **S**

J **EM OPOSIÇÃO A EXPECTATIVA DE VIDA DE MULHERES CIS** **S**
QUE ULTRAPASSA OS 80 ANOS E DE HOMENS CIS QUE É
MAIOR QUE 76.

J **TAMBÉM VÍTIMAS DA MISOGINIA E EXTREMAMENTE** **S**

J **VULNERABILIZADAS, ESTAR VIVA É UMA RESISTÊNCIA** **S**
ÁRDUA. EM GOIÁS, SEGUNDO MAPEAMENTO DO IBGE

J **A EXPECTATIVA DE VIDA É AINDA MAIS BAIXA, 30 ANOS.** **S**

J **VER A VIDA DE TRAVESTIS EXALTADAS NOS MUROS É** **S**
UM PASSO PARA A VISIBILIDADE. PARA A VIDA.

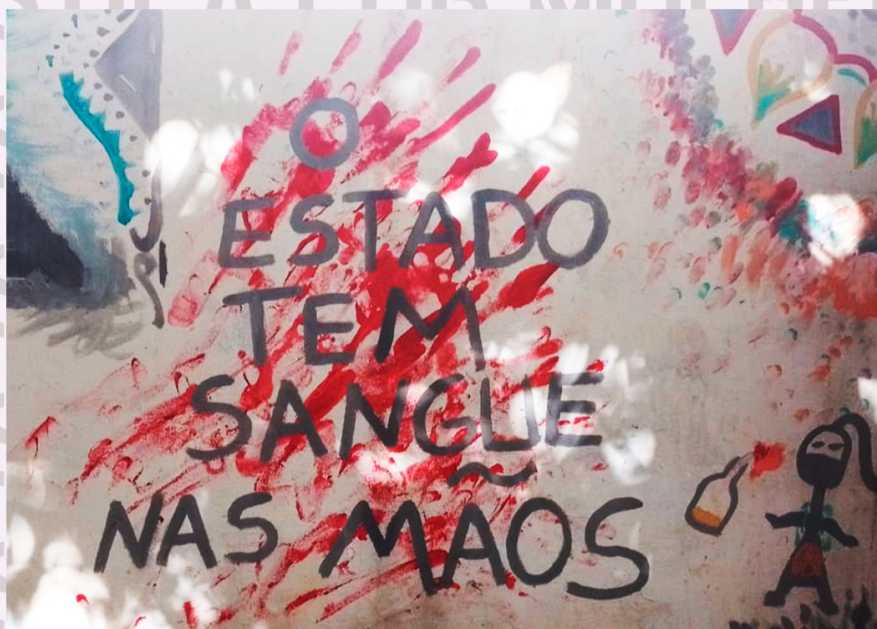
J **JUSTIÇA POR MULHERES** **S**

J **JUSTIÇA POR MULHERES** **S**

J **JUSTIÇA POR MULHERES** **S**

J **JUSTIÇA POR MULHERES** **S**

JUSTIÇA POR MULHERES



JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

J “O ESTADO TEM SANGUE NAS MÃOS” DESDE A FORMAÇÃO **S**
DO WSTADO-NAÇÃO FORJADO NO ESTUPRO DAS MULHERES

J INDÍGENAS E NEGRAS. TEM SANGUE DA POPULAÇÃO DE **S**
TRABALHADORAS E TRABALHADORES NEGLIGÊNCIADOS

J AOS SEUS DIREITOS BÁSICOS E SANGUE DE QUASE 70.000 **S**
BRASILEIRAS E BRASILEIROS MORTOS PELA FALTA DE
RESPONSABILIDADE AO LIDAR COM A PANDEMIA.

J JUSTIÇA POR MULHERES **S**
TEM SANGUE DE MULHERES ASSASSINADS, VIOLENTADAS

J POR “COMPANHEIROS”, ASSEDIADAS NAS RUAS. COMO **S**
ENTOARAM AS MULHERES CHILENAS, QUE AGORA SÃO

J REPETIDAS PELO MUNDO: “EL ESTADO OPRESSOR ES UN **S**
MACHO VIOLADOR” OU EM TRADUÇÃO LIVRE: “ O ESTADO

J OPRESSOR É UM HOMEM ESTUPRADOR.” **S**

J JUSTIÇA POR MULHERES **S**

J JUSTIÇA POR MULHERES **S**

J JUSTIÇA POR MULHERES **S**

J JUSTIÇA POR MULHERES **S**

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUS R MULHERES

JUS R MULHERES

JUS R MULHERES



JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES



JUSTIÇA POR MULHERES

“MARIELLE PRESENTE” FOI UM GRITO CONSTANTE NOS ATOS DE RUA DE 2018 E 2019. MARIELLE FRANCO FOI

MULHER NEGRA, LÉSBICA, PEROFÉRICA. SOCIÓLOGA E VEREADORA ELEITA PELO RIO DE JANEIRO.

FOI ASSASSINADA EM 14 DE MARÇO JUNTAMENTE COM O MOTORISTA, ANDERSON GOMES, AO SAIR DE UM DEBATE DE MULHERES NEGRAS. ASSIM QUE SUA MORTE FOI

NOTICIADA, FORAM BOMBARDEADAS NOTÍCIAS FALSAS A SEU RESPEITO. COMO SE CERTAS ATITUDES DELA FOSSEM JUSTIFICAR SEU BRUTAL ASSASSINATO. E DESRESPEITO

A SUA MEMÓRIA FOI REALIZADO POR ENTÃO CANDIDATOS DE EXTREMA DIREITA, MUITOS DOS QUAIS FORAM ELEITOS.

AINDA NÃO SABEMOS QUEM MANDOU MATAR MARIELLE E ANDERSON.

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

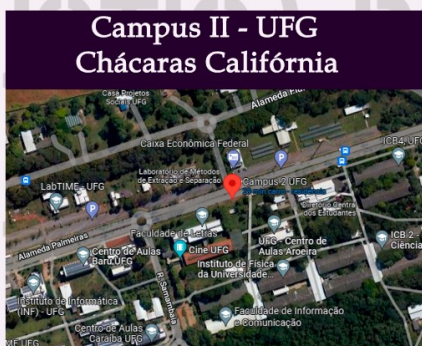
JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES



JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

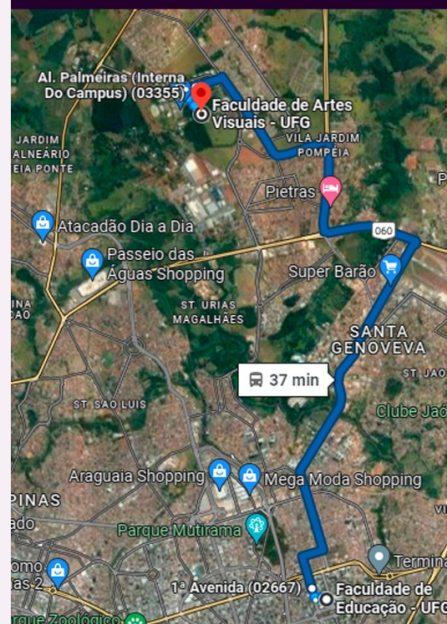
JUSTIÇA POR MULHERES



Trajeto caminhando



Trajeto transporte público



JUSTIÇA POR

JUSTIÇA POR

JUSTIÇA POR

JUSTIÇA POR

JUSTIÇA POR MULHERES

JUSTIÇA POR MULHERES

“JUSTIÇA POR MULHERES” ME FOI O TRAJETO SUBJETIVO MAIS DOLOROSO. FAZ LEMBRAR COMO A SOCIEDADE E SUAS INSTITUIÇÕES, COM ÊNFASE NO ESTADO, FALHAM CONSTANTEMENTE COM AS MULHERES EM VIDA. E SEGUEM FALHANDO APÓS SUA MORTE. O CAPITALISMO CONTA COM A NOSSA SUBJUGAÇÃO PARA PLENA EXISTÊNCIA E PARA ALCANÇÁ-LA NÃO IMPORTA EM NOS EXTERMINAR.

NOS ÚLTIMOS TEMPOS TEMOS CONSTANTEMENTE TEMIDO O FIM DO TAL ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. MAS OS RISCOS NO MURO FAZEM QUSTIONAR: EXISTIU DEMOCRACIA PLENA PARA AS MULHERES. HÁ RECONHECIMENTO DE CIDADANIA PARA INDÍGENAS, NEGRAS, LÉSBICAS, TRANS, TRAVESTIS, DEFICIENTES, POBRES E EM TANTAS OUTRAS INTERSECÇÕES DE OPRESSÃO?

SEGUIREMOS EM MARCHA ATÉ QUE TODAS SEJAMOS LIVRES?

JUSTIÇA POR MULHERES

CONSI

DERA

ÇÕES

FINAIS

Vivenciar a cidade com o objetivo de fruir de suas mensagens possibilita uma nova lógica de existência urbana. Finalizo essa etapa da pesquisa sendo uma pessoa diferente do que entrei, como acredito que é importante ocorrer em qualquer produção de inspiração etnográfica. Da mesma forma que o pessoal se torna político ocupando as ruas, busco com a mistura do meu próprio público e privado na apresentação de uma Goiânia que é simultaneamente a mesma e uma outra totalmente diferente. Ao registrar e catalogar imagens, realizei um exercício de percepção que, como apontado no título do trabalho, possibilita que eu reconheça a cidade. Primeiramente por voltar a circular nela, mas também por me ver espelhada pelas produções alheias.

Os registros fotográficos realizados, acabaram por se registrar em mim e marcar afetivamente uma nova Goiânia na qual os significados de ser mulher se desdobram em ser *Outsider within* (Hill Collins, 2022), já que apresentam a inserção em um espaço no qual não há um pertencimento pleno o que permite às mulheres, e às mensagens feministas possivelmente atreladas à sua subjetividade, que tenham um olhar único sobre a cidade e suas relações. E que isso possa se apresentar nos suportes da pichação e criem a agência de modificar a cidade em algum nível. Um ciclo completo no organismo urbano.

A lógica de divisão através de convergências narrativas promoveu a percepção, ou a construção, de um fio condutor comum mesmo em frente à diversidade de feminismos. Uma ressonância nas ruas conversando entre si pela vida das mulheres, passando pela sobrevivência e a ultrapassando.

Esta observação leva a conclusão de que há sim a possibilidade de uma transmissão feminista através das mensagens gravadas pela cidade, que não se encerrariam em si, mas possibilitam a curiosidade, a fagulha que leve a interlocutora, ou o interlocutor, a pesquisar mais sobre o tema. Essa visão ressoa até mesmo com a própria experiência em campo provocada pelo picho “#Justiçaporassata” que acabou por me levar ao ocorrido e até mesmo ao movimento por trás da ação.

Compreendo que mesmo com o caráter anônimo da produção das intervenções ainda se apresenta uma ferramenta de visibilização da presença de mulheres no campo de maneira direta, através da produção da própria pichação, ou através da passagem de mensagens historicamente perpetuadas por mulheres dentro do campo feminista e espaços aliados. Se coloca assim não somente como ferramenta de transmissão do feminismo mas como consequência do mesmo feito, já que há alinhamento com formulações anteriores e mesmo reconhecendo a agência de mulheres que vieram antes como Marielle Franco.

A pichação ganha sua própria voz e avança além de um registro de palavras de alguém, mas ganha um corpo e volume próprio que se expande com as interações e imaginário refletidos sobre elas:

“Uma imaginação em torno das palavras se constituiu: quem as teria feito, com, quando e principalmente, por que? Se o anonimato parece ser o charme das inscrições urbanas, à medida em que os encontros e o imaginário em torno dos pixos se intensificavam, a curiosidade de saber quem os fez, por quê ou como, tornou-se secundária, uma vez que fomos construindo uma espécie de ficção para justificar suas histórias.” (SILVA; DIÓGENES. 2019, p. 102)

Minha própria ficção encaminha uma a uma lógica feminista da paisagem, entendendo que essas palavras passam a ser em medida minhas quando me relaciono com elas na cena urbana. E me pergunto, após o aprofundamento de meu relacionamento com elas, quantas pessoas elas afetaram e afetam e como.

Perder o olhar entre becos e avenidas, prédios e portas de banheiro possibilitou o encontro de uma nova cidade, como que enterrada sob relações hegemônicas de um poder simbólico (BORDIEU, 2001) cuja construção está baseada em lógicas de gênero e que perpetua um poderio masculino e ainda articulado com outras cadeias de dominação como a cisheterossexualidade, a branquitude e o poder econômico. Essa cidade escavada com um olhar atento permite dinâmicas outras de existência e resistência a serem abraçadas e entendidas.

As pichações documentam, mesmo que por uma efemeridade de tempo, pensamentos, pedidos e palavras de ordem pela vida das mulheres, por sua memória, por justiça e pelo direito de viver pleno alinhado com expectativas que não necessariamente acompanhem as socialmente impostas. Para Eliane Gonçalves e Joana Plaza Pinto (2011):

“Talves seja preciso pensar no que o feminismo brasileiro ‘envelheceu’ e o quanto de sua agenda carece de renovação, tendo tanto o que dizer como o que ouvir das diferentes ‘idades’. Eis aí um bom propósito para começar a investigar a problemática de uma perspectiva ‘de dentro’, situada e interessada.” (p.41)

Considerando a pichação enquanto prática jovem, se mostra como uma espécie de palco aberto das ruas para o registro, e um possível “rejuvenescimento” do debate. O que as “feministas jovens” pensam e reivindicam, em alguma medida, pode ali ser acessado como o é com articulações virtuais, que contornam uma escassez de recursos de organizações feministas (p.34)

A invisibilidade feminina, na cidade e na pichação, também é superada em algum nível pois essas mensagens têm conotações associadas a mulheres e denotam sua presença nos espaços. Marca-se a existência ativa das mulheres nesse lugar de viver e produzir a

cidade física e imaginada através das relações produzidas, reproduzidas e registradas.

A cidade como território, além de simples espaço se torna lugar. De pertencimento, de desgaste, de conflito, de vivência. Se faz formadora e formada por identidades diversas que são atravessadas por marcadores de raça, classe, gênero, orientação sexual, localização geográfica e etc. A possibilidade de novos signos, estéticas e caminhos abre espaços imaginados e materializados pelo exercício de imaginação como se projetasse meios para alcançar uma cidade que no tempo presente parece utópica. Uma cidade feminista.

Essa cidade feminista, que ainda está enterrada sobre complexas dinâmicas sociais e séculos de dominação social, especialmente pensando lógicas ocidentais, apresenta pequenos relances de possibilidade de existência no plano real através de frestas construídas com tinta e mensagens surgidas da subversão de suportes. Com esse exercício de enxergar através das pequenas fissuras que construímos e esgarça-las podemos quem sabe um dia (re)encontrar Goiânia e enxergá-la feminista.

As mulheres existem e têm existido nos espaços mais diversos, seu apagamento e invisibilidade é também o apagamento e invisibilidade de suas pautas para que se perpetue um caráter de dominação que apenas poderá ser superado com a mudança radical das estruturas vigentes na sociedade como o capitalismo, o racismo, a transfobia, a homofobia e tantas outras formas construídas para articular a ideia de que há seres humanos superiores uns aos outros.

Em um ano eleitoral, como foi 2018, e no qual já vêm se apresentando a perseguição política e até mesmo o assassinato de ativistas de direitos humanos e pessoas que lutam por uma nova dinâmica social, mais justa e mais equalitária, as ruas ecoam resistência como têm feito desde que a pichação chega por aqui e através delas há a possibilidade de articulação de lutas e pautas para que os diversos grupos em opressão, mas aqui especialmente as mulheres, e as mulheres feministas, possam seguir, como sempre estiveram, em luta por dignidade.

No mais, espero que este trabalho compartilhe a experiência de um fazer científico declaradamente impactado pela subjetividade e emoções e possa possibilitar um olhar outro sobre a cidade e as pichações, assim como as demais intervenções urbanas, especialmente as de caráter feminista para que a cidade legendada e sonhada possa se traduzir um dia em um espaço de igualdade social, justiça e respeito pleno dos direitos humanos.

REFE

RÊN

CIAS

AGIER, Michel. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ALVES, Maria de Lourdes. Goiânia uma cidade de migrantes. 2002. 100 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16.

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 19, n. 19, junho de 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>. Acesso em 27 de junho de 2019.

Collins, Patricia Hill. “Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought.” *Social Problems*, vol. 33, no. 6, 1986, pp. S14–32. disponível em: <https://doi.org/10.2307/800672>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

DAVIS, Angela. Feminismo e abolicionismo: teorias e práticas para o século XXI. In: *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 89-104.

DIÓGENES, Glória; CHAGAS, Juliana. O ruidoso silêncio da pixação: linguagens e artes de rua. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens Instituto de Artes e Design*. 1, n. 2. janeiro/junho 2016, p. 320

DIÓGENES, Glória. Imagens e narrativas: registros afetivos. *Perspectiva*, Florianópolis, v.22, n 02, p.471-493, jul/dez 2004.

DOUGLAS, Mary 1991. *Pureza e perigo: ensaios sobre as noções de poluição e tabu*. Lisboa, Edições 70.

FBC. *Meus Amigo Pixador*. Belo Horizonte: DJ Spider: 2015. *Mídia digital* (2015)

FERREIRA, T. . Juventude e pixação: a grafia como resistência na cidade. In: Reunião Brasileira de Antropologia - RBA, 2018, Brasília. Direitos Humanos e Antropologia em ação, 2018.

GONÇALVES, Eliane; FREITAS, Fátima Regina A.; OLIVEIRA, Elismennia A. Das idades transitórias: as jovens no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas. Revista Feminismos,

Gonçalves, E., & Pinto, J. P. (2016). Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. Cadernos Pagu, (36), 25–46. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644988> acesso em: 05 de julho de 2022

HARVEY, David. O Direito à Cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n.29,jul./dez. 2012.

Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU. Direito à Cidade: uma visão por gênero - São Paulo: IBDU, 2017. Disponível em: <https://www.obmobsalvador.org/post/direito-à-cidade-uma-visão-por-gênero> Acesso em: 05 de maio de 2022

JAGGAR, Alison. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, A.; BORDO, Susan R. Gênero, Corpo, Conhecimento. Rio: Rosa dos Tempos, 1997, p. 157-185. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4687273/mod_resource/content/1/Livro%20Gênero%2C%20corpo%20e%20conhecimento.pdf acesso em: 12 de março de 2022

LASSALA, Gustavo. Pichação não é Pixação. 1 ed. São Paulo: Altamira, 2010. LEFEBVRE,

Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LUTERMAN, L. A. Sujeito e performance: a emergência do corpo inscrito em enunciados tridimensionais. 2014. 259 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

MASSON, José Renato. Pichadores de rua, territorialidades urbanas em conflito: territórios (in)visíveis de Goiânia. 2005. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

MIRZOEFF, Nicholas. O direito a olhar. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, SP, v.

18, n. 4, p. 745-768, nov. 2016. ISSN 1676-2592. Disponível em:<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646472>>. Acesso em 27 de março de 2021

MITCHELL, W. J. T. O que as imagens realmente querem? In: ALLOA (org.). Pensar a Imagem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015

MORAES, Paul Cezanne Souza Cardoso de. Intervenções clandestinas. 2014. 182 f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

MULVEY, L., Visual Pleasure and Narrative Cinema, Basingstoke; MacMillan, 1989

NASCIMENTO, Luiz Henrique Pereira. Pixação, a arte em cima do muro. Monstro dos Mares, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História, vol. 27, núm. 53, janeiro-junho, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002.

RECORD TV GOIÁS, Vandalismo: Mulher picha monumentos na rua do lazer. YouTube. 222 de março de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WPL44qPwH0A> Acesso em maio de 2022

SANTOS, Giovanna Silveira. Movimento Hip Hop: Masculino e Masculinizado? Humanidades e Inovação, vol. 6, n. 16, Palmas, 2019, p. 128-145. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1835>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

SANTOS, Giovanna Silveira. Contranarrativas periféricas: o movimento Hip Hop como agente de memórias. 2021. 236 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. “O Método Da Autoetnografia Na Pesquisa Sociológica: Atores, Perspectivas E Desafios.” Plural 24, no. 1 (2017).

São Paulo: Altamira,. 2010. PIXO. Direção: João Wainer e Roberto T. Oliveira. São Paulo: Sindicato Paralelo Filmes, 2009. (61 min.)

SANTOS, Julia Monteiro. Subversão na Paisagem: Do canto do graffiti ao grito da Pichação,2015

SILVA, Lara Denise Oliveira; DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. A cidade é sem fim igual a tua janela: intervenções, afetos urbanos e deambulações em Fortaleza/CE. Tessituras v7 n2 Jul-Dez 2019.Pelotas/RS

SOUZA, David da C. Aguiar: Pichação carioca: etnografia e uma proposta de entendimento.Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado – UFRJ / PPGSA / Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2007.

ROSA, Waldemir. O Hip Hop Goianiense e o Antropólogo: Experiência Etnográfica e as Margens da Nação Brasileira. 2014. 191 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pósgraduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponibilidade em: . Acesso em: 16 jun. 2019.

SPINELLI, Luciano. (2007), “Pichação e comunicação: um código sem regra”. Logos, 14 (26): 111-121.

OYEWÙMI, Oyèrónké. Visualizando o corpo. Teorias ocidentais e sujeitos africanos. João Pessoa: Novos Olhares Sociais, Vol. 1 – n. 2 – 2018. [Trad. de The invention of women – making an african sense of western gender discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1997, p. 1-30].

Larruscahim, P. G., & Schweizer, P. (2015). A criminalização da pixação como cultura popular na metrópole brasileira na virada para o século XXI / The criminalization of pixação as popular culture in the brazilian metropolis at the dawn of the 21st century. Revista De Direitos E Garantias Fundamentais, 15(1), 13-32.



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Tem muro prá todo mundo? Mulheres na pichação em Goiânia.

Pesquisador: Milena de Souza

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 47455621.0.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.861.860

Apresentação do Projeto:

Pesquisa intitulada: Tem muro prá todo mundo? Mulheres na pichação em Goiânia. Pesquisa da pós-graduanda Milena de Souza. Membro da equipe de pesquisa: Camilo Braz.

O projeto aqui apresentado pretende investigar sociologicamente questões de gênero e transgressão no campo da pichação, com foco na cidade de Goiânia.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender a participação das mulheres enquanto pichadoras no cenário goianiense, suas motivações e mensagens, como parte de uma luta por emancipação, manifestação de suas ideias e luta por protagonismo em um contexto historicamente masculinizado através de uma ferramenta - a pichação- socialmente marginalizada.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A autora do projeto faz as seguintes considerações: "A pesquisa será realizada através de livre consentimento, os riscos da pesquisa envolvem o recolhimento e registro de informações relacionadas à uma prática ilegal enquadrada na lei ambiental, essas informações serão colhidas tendo garantia de anonimato das interlocutoras e de sigilo de

qualquer informação que seja avaliada como comprometedora no sentido de identificação do sujeito ou de vulnerabilização jurídica ou ainda que exponham em demasido as práticas e/ou rotinas na pichação considerando o enquadramento da ação de intervenção urbana no artigo 65 da Lei 9.605/98. Em caso de qualquer sentimento de incômodo ou receio por parte de sujeito

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 4.861.860

participante o desligamento voluntário ocorrerá imediatamente sem qualquer retaliação e mediante pedido com arquivamento dos dados coletados que não serão trabalhados ou divulgados no âmbito deste presente trabalho ou trabalhos futuros."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisadora dá ciência dos riscos envolvidos em manter dados relativos a sua pesquisa. Ressaltamos que qualquer gravação ou coleta de dados deve ser feita de modo a garantir a completa anonimização do participante. Ela também reformula o seu cronograma de modo a torná-lo compatível com os trâmites de autorização pelo CEP.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Notamos que os riscos já expostos no projeto estão bem contemplados no TCLE. Pode-se notar uma pequena diferença deste para com as informações do projeto básico e na citação de riscos acima. O TCLE versa: " em caso de qualquer sentimento de incômodo por parte de sujeito participante o desligamento voluntário ocorrerá imediatamente sem qualquer retaliação e, mediante pedido, com arquivamento e destruição adequada dos dados coletados que não serão trabalhados ou divulgados no âmbito deste presente trabalho ou trabalhos futuros".

Recomendações:

Pedimos corrigir no projeto e nas informações básica o texto sobre riscos tornando-o idêntico ao texto encontrado no TCLE com notificação ao relator, sem necessidade de resubmeter o projeto a novo parecer.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora atendeu convenientemente as pendências anteriormente apontadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO. O mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para maio de 2022.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br